DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

PROVA A

Código: 301

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 15 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 10 questões de Noções de Direito, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

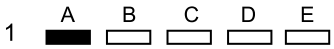
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"E o que o ser humano mais aspira é tornar-se ser humano."
Clarice Lispector

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em "A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]", o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em "Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.", a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em "[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.", a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em "Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que 'um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua'.", a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em "Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.", o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 2

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo "conforme" é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.

B) A expressão "é que", em "é na língua que", é classificada como locução denotativa que exprime realce.

C) O termo "que", em "do que somos", se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.

D) O termo "como" é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.

E) "Não obstante" é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 3

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.

II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.

III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.

IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.
B) I, III e IV, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 4

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.
B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.
C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.
D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.
E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

QUESTÃO 5

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.
B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.
C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.
D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.
E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 6

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) “Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.” (primitivo)
B) “A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...].” (verificar)
C) “Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...].” (discursos)
D) “Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...].” (descoberta)
E) “Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que ‘a atitude linguística assumida pelo falante [...]’.” (mantém)

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar “para trás”.

[...]

“A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas”, disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

“Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro”, disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. “Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial”, afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.
II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.
III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.
IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) “IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar ‘para trás’**.”
B) “[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**.”
C) “Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...].”
D) “[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**.”
E) “[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...].”

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) “[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência.” (introduzir uma oração subordinada adjetiva)
B) “[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA.” (introduzir uma oração subordinada adverbial)
C) “Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...].” (introduzir uma oração coordenada sindética)
D) “[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras.” (introduzir uma oração subordinada substantiva)
E) “E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...].” (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 10

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.
B) restrição, conformidade, confirmação.
C) adição, finalidade, consequência.
D) oposição, condicionalidade, conclusão.
E) complementação, comparação, explicação.

QUESTÃO 11

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em "Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso", o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.", o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em "A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]", o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em "Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.", a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em "Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.", o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

QUESTÃO 12

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.
B) "a grande ferramenta da atualidade" é um predicativo do sujeito.
C) "quem não se preparar" é um sujeito oracional.
D) "especialista" é o objeto direto do verbo de elocução "diz".
E) "vai ficar para trás" é uma oração principal em relação à oração anterior.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).
B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.
C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.
D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.
E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) “O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).”

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) “[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].”

[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) “Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...].”

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) “Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].”

Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) “[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.”

[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 15

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho “o Inhotim é uma entidade privada”.

II. A retomada de Inhotim por meio da expressão “um dos maiores museus a céu aberto do mundo” é um exemplo de emprego de descrição indefinida.

III. O uso do pronome possessivo “sua”, em “Sua localização privilegiada”, é um exemplo de nexo por associação.

IV. O emprego da descrição definida “os visitantes” promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.
B) II e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II e III, apenas.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 16

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.

C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.

D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.

E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 17

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.

III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 18

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.
C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.
D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.
E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 19

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.
B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.
C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.
D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.
E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 20

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 21

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 22

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.
B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.
C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.
D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.
E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 23

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 24

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.
B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.
C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.
D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.
E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 25

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 26

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

B) Viola a Constituição a imposição legal de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa.

C) A Constituição impõe ao Estado a obrigação de informar ao preso seu direito ao silêncio não apenas no interrogatório formal, mas logo no momento da abordagem, quando recebe voz de prisão por policial, em situação de flagrante delito.

D) O princípio constitucional da autodefesa não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente.

E) Ante o princípio constitucional da não culpabilidade, inquéritos e processos criminais em curso são neutros na definição dos antecedentes criminais.

QUESTÃO 27

Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição da República de 1988).

Sobre o *habeas corpus* e a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

A) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.

B) Cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

C) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

D) Deve ser conhecido *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

E) Não se conhece de recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

QUESTÃO 28

Em relação aos princípios da Administração Pública e à posição firmada pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta.

A) Os requisitos do edital para o ingresso em cargo público devem ter por fundamento lei em sentido formal e material, motivo pelo qual editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.

B) É constitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

C) Não é privativa do chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na administração pública, uma vez que leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade.

D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

E) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

QUESTÃO 29

Sobre as regras relativas à frequência e ao horário, previstas na Lei nº 869, de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa incorreta.

A) O expediente normal das repartições públicas será estabelecido em lei, a qual determinará o número de horas de trabalho normal para os diversos cargos e funções.

B) O funcionário deverá permanecer na repartição durante as horas de trabalho ordinário e as do extraordinário, quando convocado.

C) Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, as entradas e saídas dos funcionários em serviço.

D) Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto e abonar faltas ao serviço.

E) O período de trabalho poderá ser antecipado ou prorrogado para toda repartição ou partes, conforme a necessidade do serviço.

QUESTÃO 30

Sobre as regras previstas na Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

( ) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

( ) Não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na referida lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

( ) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

( ) As disposições da referida lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Assinale a sequência correta.

A) V V F V
B) V F V V
C) F F V F
D) F V F F
E) V V F F

QUESTÃO 31

No que diz respeito às previsões da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à Defensoria Pública, observados os prazos e os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elaboração de sua proposta orçamentária.

II. No caso de a Defensoria Pública não encaminhar sua proposta orçamentária dentro do prazo, o Poder Legislativo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Lei Ordinária organizará a Defensoria Pública em cargos de carreira, providos na classe inicial mediante concurso público, realizado com participação da Ordem dos Advogados do Brasil, assegurada aos seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vitaliciedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 32

Não é uma função institucional da Defensoria Pública, conforme previsão da Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências:

A) Promover a ação penal pública.
B) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
C) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
D) Patrocinar ação penal privada.
E) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 33

No que diz respeito às normas da Lei Complementar nº 65, de 2003, do Estado de Minas Gerais, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público, e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

A) A assistência jurídica integral e gratuita fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.
B) As decisões da Defensoria Pública, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata.
C) Aos membros da Defensoria Pública é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.
D) A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública e tem por finalidade prestar-lhe apoio institucional em matéria ocupacional.
E) É obrigatória a instalação de Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado.

QUESTÃO 34

Não é um órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

A) A Defensoria Pública-Geral.
B) A Subdefensoria Pública-Geral.
C) O Centro de Desenvolvimento Institucional.
D) O Conselho Superior da Defensoria Pública.
E) A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

QUESTÃO 35

Sobre as regras previstas na Lei nº 22.790, de 2017, do estado de Minas Gerais, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

I. A jornada do servidor das carreiras de apoio administrativo e serviços auxiliares da Defensoria Pública será de quarenta horas semanais, ressalvada a carga horária estabelecida em normas específicas para determinadas categorias funcionais.

II. Os quantitativos de cargos efetivos previstos nesta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação do servidor e podem ser livremente remanejados conforme a necessidade de serviço, por ato motivado do Defensor Público-Geral.

III. A critério do Defensor Público-Geral ou de quem ele delegar, poderão ser abonadas faltas justificadas ao serviço, de até três dias por semestre, na forma do regulamento interno.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 36

Não é uma competência dos municípios descrita na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

A) Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.
B) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
C) Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
D) Responder pela concessão e manutenção do benefício de prestação continuada (BPC).
E) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

QUESTÃO 37

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política pública não contributiva, que provê os mínimos sociais, e é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

São objetivos da Assistência Social, com base no segundo artigo da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, exceto:

A) Custear medicamentos a famílias em situação de vulnerabilidade social.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Promover a integração ao mercado de trabalho.
D) Habilitar e reabilitar pessoas com deficiência e promover sua integração à vida comunitária.
E) Oferecer proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

QUESTÃO 38

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.

São objetivos que servem de base para que o Poder Público, nos termos da lei, organize a Seguridade Social, exceto:

A) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
D) Igualdade na forma de participação no custeio.
E) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

QUESTÃO 39

Não corresponde a um princípio fundamental elencado no Código de Ética do Assistente Social:

A) Ampliação e consolidação da cidadania, consideradas tarefas primordiais de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
B) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e ideologia de gênero.
C) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
D) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
E) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

QUESTÃO 40

O sigilo profissional é garantido aos assistentes sociais por seu código de ética profissional. Entretanto, a quebra do sigilo é admissível quando

A) se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
B) se tratar de situações previstas no Regimento Interno da instituição de trabalho do profissional.
C) se tratar de situações previstas na Constituição Federal Brasileira e se tratarem de fato delituoso.
D) se tratar de ordem emanada de autoridade competente e respaldada por autorização judicial.
E) se tratarem de situações de natureza delituosa que tenham sido reveladas para o profissional, desde que previamente autorizadas por autoridade judicial.

QUESTÃO 41

São obrigações das entidades de atendimento ao idoso descritas no Estatuto do Idoso, exceto:

A) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade.
B) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
C) Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.
D) Comunicar ao Ministério Público toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas.
E) Proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade da pessoa idosa.

QUESTÃO 42

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.

Não faz parte desse conjunto de ações:

A) A capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos conselhos tutelares e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidos no inciso II do *caput* do Estatuto, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional.

B) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação com redução de castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

C) A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com o Conselho Tutelar, com os conselhos de direitos da criança e do adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

D) A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

E) A promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes.

QUESTÃO 43

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, não é direito do adolescente privado de liberdade:

A) Avistar-se reservadamente com seu defensor.

B) Receber visitas ao menos de dois em dois dias.

C) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

D) Ter acesso aos meios de comunicação social.

E) Ser tratado com respeito e dignidade.

QUESTÃO 44

Considere que a um assistente social é solicitado que realize terapia familiar grupal com o intuito de potencializar as relações de um grupo com vínculos rompidos.

Tendo por base a lei de regulamentação da profissão de assistente social, pode-se afirmar que esse profissional deve

A) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas competências profissionais.

B) recusar a realização da tarefa, pois não se trata nem de sua competência profissional nem de sua atribuição privativa.

C) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas atribuições privativas.

D) recusar a realização da tarefa, pois a realização de terapia social grupal é permitida somente a assistentes sociais clínicos.

E) realizar a atividade, tendo em vista que ela é tanto sua atribuição privativa quanto sua competência profissional.

QUESTÃO 45

Acerca da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

A) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais constituem atribuição privativa do assistente social.

B) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população constituem atribuição privativa do assistente social.

C) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social constituem uma das competências do assistente social.

D) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui atribuição privativa do assistente social.

E) Fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais constitui uma competência profissional.

QUESTÃO 46

Não constitui atribuição privativa do assistente social:

A) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

B) Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

C) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

D) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

E) Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

QUESTÃO 47

A Lei Maria da Penha está em vigor desde 22 de setembro de 2006, em cumprimento à Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Prevenir, Punir e Eliminar a Violência contra a Mulher e à Convenção de Berendou, que o Brasil ratificou em 1994, à Convenção de Pala e à Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De acordo com essa legislação, são deveres da autoridade policial no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, entre outras providências, exceto:

A) Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
B) Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
C) Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Conselho de Políticas Públicas para a Mulher.
D) Acompanhar a ofendida, se necessário, para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
E) Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei Maria da Penha, inclusive os de assistência judiciária.

QUESTÃO 48

São diretrizes relativas à política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e realizadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, exceto:

A) Integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
B) Capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos quanto às questões de gênero e de raça ou etnia.
C) Promoção de programas educacionais e campanhas de conscientização que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva biológica de sexo e raça.
D) Promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.
E) Celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 49

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Dada essa interlocução entre as políticas públicas, pode-se afirmar que um juiz responsável pelo atendimento da situação assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, exceto:

A) A manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
B) A garantia de pagamento de Benefício de Prestação Continuada enquanto durar a situação de violação de direitos ou ameaça de interrupção deste.
C) O acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
D) O encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial.
E) A inclusão, por prazo certo, da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

QUESTÃO 50

Sobre a garantia de assistência social a idosos definida no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta.

A) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
B) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
C) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
D) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
E) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 0,5 meio salário-mínimo, nos termos da LOAS.

QUESTÃO 51

Não é uma linha de ação da política de atendimento descrita no Estatuto do Idoso:

A) Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

B) Mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento da pessoa idosa.

C) Políticas e programas previdenciários, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.

D) Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonadas em hospitais e instituições de longa permanência.

E) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas.

QUESTÃO 52

Com base no que diz o texto “Serviço Social e acesso à Justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar” (2010), de Eunice Fávero e Elizangela Mazuelos, no que diz respeito à mediação familiar como possibilidade de acesso à justiça, assinale a alternativa incorreta.

A) A intervenção em mediação familiar tem o objetivo de possibilitar uma alternativa à família que busca solução judicial para um conflito que vivencia em suas relações-públicas, portanto, no âmbito da vida pública.

B) Trabalhar na perspectiva da mediação familiar com foco no entendimento das relações sociais é desafiante, requerendo do profissional que se encontra na linha de frente da intervenção habilidades que vão além das técnicas de negociação.

C) Sem o entendimento e a análise crítica das questões sociais envolvidas, a mediação será uma técnica de intervenção que poderá proporcionar a contenção, o alívio temporário de conflitos familiares, mas não contribuirá para que a família e o profissional entendam as raízes e os condicionantes sociais do conflito e se empoderem para enfrentá-los.

D) O Serviço Social tem possibilitado, durante as atividades de mediação, que sejam pontuadas questões pouco exploradas por profissionais de outras áreas, como as consequências do desemprego nas relações familiares e a insuficiência de políticas sociais para atendimento das necessidades e dos direitos dessa população.

E) É fundamental que o profissional de Serviço Social que faz uso desse instrumental exercite a reflexão sobre o conjunto dos elementos que forjam a problemática apresentada, estabelecendo conexões com as determinações postas em sua construção pela questão social, e com as implicações do conflito existente, na família e no território

QUESTÃO 53

Sobre o tema ações afirmativas, tendo por base a publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2016), assinale a alternativa correta.

A) As políticas de ação afirmativa têm como objetivo a garantia de direitos de grupos socialmente em situação desigual e de desvantagem histórica. Essas políticas discriminam negativamente, para extinguir danos e dívidas historicamente produzidas e herdadas de uma estrutura socioeconômica que produz determinações contraditórias.

B) A Constituição Federal tem sido invocada por quem se opõe à adoção das políticas de ação afirmativa, por meio do artigo que preconiza a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, como justificativa para a não implementação dessas políticas. A igualdade, nesse sentido, é concebida como um direito informal e relativo, com a devida apropriação das mediações existentes na realidade concreta dos indivíduos sociais.

C) Há uma outra concepção que credita às ações afirmativas o poder de superar o racismo e a discriminação racial. Aqui, o que vemos é um superdimensionamento do sentido e do alcance dessas políticas. Elas não têm o objetivo nem condições concretas para a eliminação de algo que não está na superfície das relações sociais, mas que, ao contrário, está na estrutura delas.

D) As políticas de ação afirmativa para os países pioneiros em sua implementação (Índia, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros), visam a oferecer aos grupos historicamente discriminados um tratamento igualitário para equiparar as desvantagens perante as práticas de racismo e de outras formas de discriminação.

E) O controle das lutas populares no empenho para eliminar todas as formas de preconceito, a defesa intransigente dos direitos econômicos e o reconhecimento da liberdade como valor ético central devem constituir os princípios que nortearão a defesa das ações afirmativas.

QUESTÃO 54

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) não obedecem ao seguinte princípio:

A) Descentralização político-administrativa, com direção múltipla em cada esfera de governo.

B) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

C) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário.

D) Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

QUESTÃO 55

Não compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS):

A) Formar consórcios administrativos intermunicipais.
B) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.
C) Participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico.
D) Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de saúde do trabalhador.
E) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 56

Considerando o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa que não apresenta aspectos importantes a serem considerados pelas “novas” políticas sociais.

A) Integração e coordenação de políticas macroeconômicas e microeconômicas, tais como as políticas sociais e reformas estruturais.
B) Mobilização social para se promover a organização e o empoderamento das comunidades pobres.
C) Reconhecimento de que as falhas de mercado devem ser atacadas para se dar oportunidades aos pobres.
D) Necessidade de aumentar a eficiência no uso dos recursos das políticas sociais.
E) Expansão de forma a universalizar os programas de transferência brasileiros.

QUESTÃO 57

O SUS é essencial para se garantir o acesso universal à saúde, promovendo a equidade e a dignidade dos cidadãos. Sua existência é fundamental para combater desigualdades, oferecer tratamento gratuito e prevenir doenças, consolidando-se como um pilar da democracia e do bem-estar social.

A esse sistema compete, nos termos da lei:

A) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.
E) Fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

QUESTÃO 58

O artigo 194 da Constituição Federal brasileira apresenta o conceito de Seguridade Social enquanto o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

A) saúde, à previdência e à assistência social.
B) segurança alimentar, à previdência e à educação.
C) educação, à assistência social e à preservação ambiental.
D) segurança alimentar, à previdência e à preservação ambiental.
E) educação, à previdência social e à preservação ambiental.

QUESTÃO 59

Tendo por base o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa incorreta.

A) Um elemento para a redução da pobreza é o crescimento econômico, pois se constitui em uma peça fundamental para o desenvolvimento, que deve refletir, por sua vez, em uma possível melhoria na qualidade de vida da sociedade. Para tanto, torna-se indispensável um crescimento que modifique a distribuição econômica.
B) A pobreza brasileira é resultante de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que uma parcela da população não foi beneficiada com oportunidades que lhes permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos considerados universais, como acesso à educação e à saúde, participação política, emprego e renda que lhes protejam da fome e da exclusão social.
C) A renda da aposentadoria e de pensões tem pouco efeito na redução da pobreza nas faixas etárias mais avançadas da população brasileira, sendo este um dos programas sociais mais bem-sucedidos do país. A aposentadoria rural é custeada pelo contribuinte e garante benefícios com uma contrapartida quase insignificante de contribuições.
D) O crescimento por si só não é condição suficiente para reduzir a pobreza. A evolução ocorrida nos últimos trinta anos na economia brasileira foi incapaz de mitigar a desigualdade dos rendimentos entre os indivíduos e do desenvolvimento entre regiões, pois, apesar do crescimento econômico e das enormes transformações sociais ocorridas nesse período, constata-se a permanência de elevada incidência de pobreza absoluta e diferenças regionais na sua repartição.
E) As políticas sociais devem atacar as causas da pobreza, criando oportunidades que permitam a saída da condição de pobreza de forma sustentável, agindo no contexto que se vivencia, além de atuar no âmbito do indivíduo, com efeitos permanentes para os pobres.

QUESTÃO 60

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é dever do profissional, na sua relação com assistentes sociais e outros profissionais:

A) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
B) Elaborar relatórios conjuntos e emitir pareceres com coautoria.
C) Participar de forma efetiva das intervenções terapêuticas com outros profissionais.
D) Conhecer os códigos de ética profissional dos demais membros da equipe.
E) Elaborar dinâmicas e atividades psicoterapêuticas em conjunto com o psicólogo.

QUESTÃO 61

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, exceto:

A) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.
B) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; universalidade e integralidade para acesso ao SUS.
C) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades de recuperação da saúde, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
D) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
E) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.

QUESTÃO 62

Com base no descrito na Constituição Federal, não é um dos objetivos da Assistência Social brasileira:

A) O amparo às crianças e adolescentes carentes
B) A promoção da integração ao mercado de trabalho
C) A concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
D) A habilitação e a reabilitação das pessoas deficientes, e a promoção de sua integração à vida comunitária
E) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice

QUESTÃO 63

A seguridade social brasileira é um sistema abrangente que visa a proteger os cidadãos em situações de vulnerabilidade. Apesar dos desafios e da necessidade de aprimoramento, a seguridade social desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos sociais e na redução das desigualdades no país.

A Previdência Social está organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atende

A) à proteção à maternidade, especialmente à gestante.
B) à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
C) à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
D) à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
E) à concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

QUESTÃO 64

Com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete aos CRESS expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.
B) Constitui atribuição privativa do assistente social dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
C) Compete aos CRESS fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social na respectiva região.
D) Constitui competência profissional do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
E) Compete ao CFESS fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais.

QUESTÃO 65

São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis por criança ou adolescente, descritas no Estatuto da Criança e Adolescente, exceto:

A) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação
B) Restrição da liberdade
C) Perda da guarda
D) Destituição da tutela
E) Advertência

QUESTÃO 66

Acerca da inserção do Serviço Social no sistema sociojurídico, assinale a alternativa incorreta.

A) Nas últimas décadas, após a Constituição Federal de 1988 e leis complementares – especialmente a legislação social –, caminha-se para uma presença mais expressiva dos assistentes sociais, numérica e qualitativamente, em espaços sócio-ocupacionais que, em nosso meio profissional, são chamados de sociojurídicos.

B) Com ações localizadas e dirigidas a indivíduos e famílias considerados então disfuncionais à ordem social vigente, por várias décadas o assistente social atuou com base em uma identidade atribuída pela classe detentora dos meios de produção e ideológicos, inclusive no Poder Judiciário, em que esse profissional foi inserido no final dos anos 1940.

C) Em toda sua existência no sistema sociojurídico, o Serviço Social conviveu com a hegemonia de um projeto profissional voltado para a conquista e a efetivação de direitos humanos e sociais, sendo contrário ao ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente, buscando-se uma nova ordem societária.

D) O assistente social que atua na Defensoria Pública necessita priorizar seu trabalho no oferecimento de subsídios a ações de interesse coletivo, para não sucumbir à enormidade de ações processuais, especialmente das varas da Infância e da Juventude, em que a barbárie que permeia a realidade social chega geralmente fragmentada, como demandas individuais.

E) Nos espaços sociojurídicos, o Serviço Social tem participado mais diretamente do fazer jurídico como reconhecida área do saber, fundamental para agregar a esse fazer jurídico conhecimentos necessários à leitura e à interpretação crítica da realidade social, no interior da qual os sujeitos envolvidos em um processo judicial vivem em sua “totalidade” sócio-histórica.

QUESTÃO 67

O CRESS aplicará as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993:

A) Advertência pública em jornal de grande circulação e afixado no local de trabalho do profissional.

B) Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente.

C) Cancelamento definitivo do registro após a segunda advertência.

D) Suspensão de quatro a oito anos de exercício da profissão ao assistente social que deixar de cumprir disposições do Código de Ética.

E) Suspensão do registro nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

QUESTÃO 68

Conforme descrito na Lei Maria da Penha, no que diz respeito à criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, exceto:

A) Conselhos consultivos e deliberativos municipais, distritais, estaduais e federal de combate à violência contra a mulher

B) Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar

C) Casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar

D) Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar

E) Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar

QUESTÃO 69

Acerca da assistência judiciária concedida à mulher em situação de violência doméstica e familiar, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

B) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse três salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

C) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse dois salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

D) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse 1,5 salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

E) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

QUESTÃO 70

Conforme o que se afirma na publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo” (2016), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assinale a alternativa incorreta.

A) As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para imputação de valores positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra.

B) O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais a relações estruturais e institucionalizadas. É gerador de múltiplas violências, guerras, desigualdade racial, perseguição religiosa e extermínio.

C) O Brasil não é signatário de pactos internacionais de defesa dos direitos humanos e combate ao racismo. Na Constituição Federal brasileira, de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLII, é considerado crime afiançável e prescritível, sujeito a pena substitutiva.

D) O racismo, por estar muitas vezes naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, torna habitual comportamentos e ideias preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

E) Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, o racismo naturaliza ideias e comportamentos preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

QUESTÃO 71

Acerca do acesso à justiça elencado no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.

A) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, por meio de defensor público ou advogado nomeado.

C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

D) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes até a idade de dezesseis anos a que se atribua autoria de ato infracional.

E) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por quaisquer de seus órgãos.

QUESTÃO 72

Com vistas a ser orientada por assistente social acerca da possibilidade de concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma senhora com idade de 66 anos, que reside com seu filho de 23 anos, sua filha de 20 anos (que é deficiente física) e seu cônjuge de 60 anos, comparece ao serviço de orientação sociojurídica de sua região para obter esclarecimentos. Ressalta que seu filho trabalha com carteira assinada e obtém rendimento médio de R$ 3.566,00 mensais, e seu cônjuge é aposentado por tempo de serviço com renda de apenas 1 (um) salário-mínimo.

O assistente social, de posse dessas informações e orientado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), deve informar

A) que ela possui direito a recebimento imediato desse benefício, tendo em vista sua situação socioeconômica.

B) que, em razão da existência de dois idosos e de uma pessoa com deficiência, a LOAS garante o acesso a esse benefício.

C) que ela não poderá acessar ao benefício, tendo em vista a existência de beneficiário de previdência social no domicílio.

D) que, tendo em vista todos os filhos serem maiores de idade, ela não está apta para o recebimento do benefício.

E) que, devido aos critérios de renda *per capita* familiar para concessão do benefício, este não poderá ser concedido.

QUESTÃO 73

Analise as competências e atribuições a seguir.

I. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais constitui uma atribuição privativa.

II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil constitui uma competência profissional.

III. Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social é uma atribuição privativa.

IV. Treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social é uma competência profissional.

São competências e atribuições privativas do assistente social:

A) I e IV, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) II e III, apenas.

QUESTÃO 74

Acerca dos poderes do juiz, no que diz respeito à Lei Maria da Penha e quando necessário, este não poderá:

A) Encaminhar o agressor compulsoriamente para instituição psiquiátrica em regime de internação quando houver a constatação de abuso de entorpecente.
B) Determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor.
C) Determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
D) Determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio.
E) Encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

QUESTÃO 75

Tendo por base o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), analise as seguintes afirmativas.

I. A noção de desenvolvimento de um país ou região inclui não apenas o crescimento econômico, mas abrange também aspectos distributivos e outros relativos ao bem-estar da população.
II. O Brasil não é um país pobre. A pobreza não reside na escassez de recursos, já que o país tem se mostrado capaz de gerar renda suficiente para eliminá-la, ela está ligada à histórica concentração de renda do país.
III. Os programas de transferência de renda devem promover uma universalização do acesso, de forma a contemplar o maior contingente populacional possível, tendo em vista a dimensão e a proporção que a pobreza atinge no Brasil.
IV. Os programas de transferência de renda brasileiros têm apresentado impactos nulos sobre os indicadores acerca da pobreza e da desigualdade do país, tendo em vista o baixo valor repassado.

Estão corretas as afirmativas

A) I e III, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 76

Acerca das críticas à defesa da mediação familiar descritas no texto “Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar” (2019), de Horst e Tenorio, assinale a alternativa incorreta.

A) Um dos pontos mais preocupantes dessa metodologia está relacionado aos códigos de ética profissionais. Os mediadores possuem código de ética próprio. Conforme sinaliza o texto, diversos problemas surgem desse conflito.
B) O conflito entre o Código de Ética Profissional do Serviço Social e o Código de Ética do Mediador acarreta problemas no que tange às competências e atribuições do profissional que assume tal atividade.
C) A defesa dos princípios de imparcialidade e neutralidade vão na contramão do que defende o projeto profissional crítico, materializado no Código de Ética profissional, pois são princípios incabíveis numa atuação profissional essencialmente política.
D) A ênfase da mediação familiar é no indivíduo como unidade em si mesma ou como unidade de tratamento, com destaque na dinâmica interna, a partir da possibilidade de êxito ou fracasso da vida pessoal, sem levar em conta a relação com a sociabilidade.
E) Posturas conciliatórias alijadas da luta de classes, das opressões, das desigualdades sociais que atomizam os sujeitos não condizem com as escolhas profissionais consonantes com projeto ético político do Serviço Social.

QUESTÃO 77

São atribuições, no âmbito administrativo, de todos os entes federados elencadas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, exceto:

A) Coordenar a política de saúde do trabalhador
B) Realizar pesquisas e estudos na área de saúde
C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde
D) Promover a articulação da política e dos planos de saúde
E) Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados

QUESTÃO 78

Os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Compete a essa equipe, de acordo com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito

A) ao procurador da agredida.
B) à vítima.
C) ao agressor.
D) à autoridade policial.
E) à Defensoria Pública.

QUESTÃO 79

Considere que um homem, 30 anos de idade, planeja adotar uma adolescente do sexo feminino com idade igual ou superior a 15 anos.

Tendo por referência o Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa que apresenta o motivo que constituirá impedimento para realização dessa adoção.

A) A adoção de adolescentes deve ser realizada por casais com idade superior a 40 anos de idade.
B) A adoção de pessoas de sexos diferentes é proibida pelo ECA, salvo nos casos de menores de 12 anos de idade.
C) O adotante há ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
D) O adotante com idade inferior a 45 anos é proibido pelo ECA de adotar adolescentes.
E) A adoção de adolescentes somente é permitida na modalidade conjunta.

QUESTÃO 80

São deveres do assistente social na sua relação com as instituições empregadoras, exceto:

A) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
B) Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros executados sob sua orientação.
C) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
D) Empregar com transparência as verbas sob sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.
E) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

Leia estes textos.

TEXTO I

Sistema Único de Assistência Social

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

SEÇÃO IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO III



Disponível em: https://ctpocoes.blogspot.com/p/charges.html. Acesso em: 11 set. 2023.

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema:

Como a assistência social pode fazer frente à situação de vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, que considere a atuação do assistente social diante da situação representada na charge (texto III).

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA A

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

PROVA B

Código: 301

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 15 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 10 questões de Noções de Direito, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

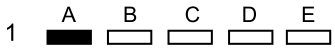
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo.”
Fernando Pessoa

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em "A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]", o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em "Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.", a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em "[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.", a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em "Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que 'um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua'.", a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em "Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.", o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 2

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.

II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.

III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.

IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 3

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo “conforme” é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.

B) A expressão “é que”, em “é na língua que”, é classificada como locução denotativa que exprime realce.

C) O termo “que”, em “do que somos”, se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.

D) O termo “como” é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.

E) “Não obstante” é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 4

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.

B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.

C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.

D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.

E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

QUESTÃO 5

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.

B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.

C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.

D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.

E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 6

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) “Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.” (primitivo)

B) “A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...].” (verificar)

C) “Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...].” (discursos)

D) “Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...].” (descoberta)

E) “Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que ‘a atitude linguística assumida pelo falante [...]’.” (mantém)

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar "para trás".

[...]

"A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas", disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

"Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro", disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. "Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial", afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.
II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.
III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.
IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 8

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em "Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso", o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.", o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em "A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]", o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em "Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.", a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em "Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.", o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) "[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência." (introduzir uma oração subordinada adjetiva)

B) "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA." (introduzir uma oração subordinada adverbial)

C) "Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]." (introduzir uma oração coordenada sindética)

D) "[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras." (introduzir uma oração subordinada substantiva)

E) "E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...]." (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) "IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar 'para trás'**."

B) "[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**."

C) "Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]."

D) "[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**."

E) "[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...]."

QUESTÃO 11

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.

B) "a grande ferramenta da atualidade" é um predicativo do sujeito.

C) "quem não se preparar" é um sujeito oracional.

D) "especialista" é o objeto direto do verbo de elocução "diz".

E) "vai ficar para trás" é uma oração principal em relação à oração anterior.

QUESTÃO 12

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.

B) restrição, conformidade, confirmação.

C) adição, finalidade, consequência.

D) oposição, condicionalidade, conclusão.

E) complementação, comparação, explicação.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) “O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).”
O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) “[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].”
[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) “Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...].”
Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) “Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].”
Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) “[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.”
[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 14

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho “o Inhotim é uma entidade privada”.
II. A retomada de Inhotim por meio da expressão “um dos maiores museus a céu aberto do mundo” é um exemplo de emprego de descrição indefinida.
III. O uso do pronome possessivo “sua”, em “Sua localização privilegiada”, é um exemplo de nexo por associação.
IV. O emprego da descrição definida “os visitantes” promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.
B) II e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 15

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).
B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.
C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.
D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.
E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 16

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 17

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 18

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 19

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.
B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.
C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.
D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.
E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 20

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.
III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 21

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 22

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.
B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.
C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.
D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.
E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 23

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.
B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.
C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.
D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.
E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 24

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.
C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.
D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.
E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 25

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.

B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.

C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.

D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.

E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 26

Sobre as regras previstas na Lei nº 22.790, de 2017, do estado de Minas Gerais, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

I. A jornada do servidor das carreiras de apoio administrativo e serviços auxiliares da Defensoria Pública será de quarenta horas semanais, ressalvada a carga horária estabelecida em normas específicas para determinadas categorias funcionais.

II. Os quantitativos de cargos efetivos previstos nesta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação do servidor e podem ser livremente remanejados conforme a necessidade de serviço, por ato motivado do Defensor Público-Geral.

III. A critério do Defensor Público-Geral ou de quem ele delegar, poderão ser abonadas faltas justificadas ao serviço, de até três dias por semestre, na forma do regulamento interno.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 27

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

B) Viola a Constituição a imposição legal de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa.

C) A Constituição impõe ao Estado a obrigação de informar ao preso seu direito ao silêncio não apenas no interrogatório formal, mas logo no momento da abordagem, quando recebe voz de prisão por policial, em situação de flagrante delito.

D) O princípio constitucional da autodefesa não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente.

E) Ante o princípio constitucional da não culpabilidade, inquéritos e processos criminais em curso são neutros na definição dos antecedentes criminais.

QUESTÃO 28

Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição da República de 1988).

Sobre o *habeas corpus* e a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

A) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.

B) Cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

C) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

D) Deve ser conhecido *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

E) Não se conhece de recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

QUESTÃO 29

Em relação aos princípios da Administração Pública e à posição firmada pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta.

A) Os requisitos do edital para o ingresso em cargo público devem ter por fundamento lei em sentido formal e material, motivo pelo qual editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.

B) É constitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

C) Não é privativa do chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na administração pública, uma vez que leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade.

D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

E) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

QUESTÃO 30

Sobre as regras relativas à frequência e ao horário, previstas na Lei nº 869, de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa incorreta.

A) O expediente normal das repartições públicas será estabelecido em lei, a qual determinará o número de horas de trabalho normal para os diversos cargos e funções.

B) O funcionário deverá permanecer na repartição durante as horas de trabalho ordinário e as do extraordinário, quando convocado.

C) Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, as entradas e saídas dos funcionários em serviço.

D) Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto e abonar faltas ao serviço.

E) O período de trabalho poderá ser antecipado ou prorrogado para toda repartição ou partes, conforme a necessidade do serviço.

QUESTÃO 31

Sobre as regras previstas na Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

( ) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

( ) Não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na referida lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

( ) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

( ) As disposições da referida lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Assinale a sequência correta.

A) V V F V
B) V F V V
C) F F V F
D) F V F F
E) V V F F

QUESTÃO 32

No que diz respeito às previsões da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à Defensoria Pública, observados os prazos e os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elaboração de sua proposta orçamentária.

II. No caso de a Defensoria Pública não encaminhar sua proposta orçamentária dentro do prazo, o Poder Legislativo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Lei Ordinária organizará a Defensoria Pública em cargos de carreira, providos na classe inicial mediante concurso público, realizado com participação da Ordem dos Advogados do Brasil, assegurada aos seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vitaliciedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 33

Não é uma função institucional da Defensoria Pública, conforme previsão da Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências:

A) Promover a ação penal pública.
B) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
C) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
D) Patrocinar ação penal privada.
E) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 34

No que diz respeito às normas da Lei Complementar nº 65, de 2003, do Estado de Minas Gerais, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público, e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

A) A assistência jurídica integral e gratuita fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.
B) As decisões da Defensoria Pública, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata.
C) Aos membros da Defensoria Pública é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.
D) A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública e tem por finalidade prestar-lhe apoio institucional em matéria ocupacional.
E) É obrigatória a instalação de Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado.

QUESTÃO 35

Não é um órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

A) A Defensoria Pública-Geral.
B) A Subdefensoria Pública-Geral.
C) O Centro de Desenvolvimento Institucional.
D) O Conselho Superior da Defensoria Pública.
E) A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 36

Acerca das críticas à defesa da mediação familiar descritas no texto “Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar” (2019), de Horst e Tenorio, assinale a alternativa incorreta.

A) Um dos pontos mais preocupantes dessa metodologia está relacionado aos códigos de ética profissionais. Os mediadores possuem código de ética próprio. Conforme sinaliza o texto, diversos problemas surgem desse conflito.

B) O conflito entre o Código de Ética Profissional do Serviço Social e o Código de Ética do Mediador acarreta problemas no que tange às competências e atribuições do profissional que assume tal atividade.

C) A defesa dos princípios de imparcialidade e neutralidade vão na contramão do que defende o projeto profissional crítico, materializado no Código de Ética profissional, pois são princípios incabíveis numa atuação profissional essencialmente política.

D) A ênfase da mediação familiar é no indivíduo como unidade em si mesma ou como unidade de tratamento, com destaque na dinâmica interna, a partir da possibilidade de êxito ou fracasso da vida pessoal, sem levar em conta a relação com a sociabilidade.

E) Posturas conciliatórias alijadas da luta de classes, das opressões, das desigualdades sociais que atomizam os sujeitos não condizem com as escolhas profissionais consonantes com projeto ético político do Serviço Social.

QUESTÃO 37

São atribuições, no âmbito administrativo, de todos os entes federados elencadas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, exceto:

A) Coordenar a política de saúde do trabalhador

B) Realizar pesquisas e estudos na área de saúde

C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde

D) Promover a articulação da política e dos planos de saúde

E) Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados

QUESTÃO 38

Os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Compete a essa equipe, de acordo com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito

A) ao procurador da agredida.

B) à vítima.

C) ao agressor.

D) à autoridade policial.

E) à Defensoria Pública.

QUESTÃO 39

Considere que um homem, 30 anos de idade, planeja adotar uma adolescente do sexo feminino com idade igual ou superior a 15 anos.

Tendo por referência o Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa que apresenta o motivo que constituirá impedimento para realização dessa adoção.

A) A adoção de adolescentes deve ser realizada por casais com idade superior a 40 anos de idade.

B) A adoção de pessoas de sexos diferentes é proibida pelo ECA, salvo nos casos de menores de 12 anos de idade.

C) O adotante há ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

D) O adotante com idade inferior a 45 anos é proibido pelo ECA de adotar adolescentes.

E) A adoção de adolescentes somente é permitida na modalidade conjunta.

QUESTÃO 40

São deveres do assistente social na sua relação com as instituições empregadoras, exceto:

A) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

B) Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros executados sob sua orientação.

C) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.

D) Empregar com transparência as verbas sob sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

E) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

QUESTÃO 41

Não é uma competência dos municípios descrita na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

A) Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.
B) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
C) Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
D) Responder pela concessão e manutenção do benefício de prestação continuada (BPC).
E) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

QUESTÃO 42

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política pública não contributiva, que provê os mínimos sociais, e é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

São objetivos da Assistência Social, com base no segundo artigo da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, exceto:

A) Custear medicamentos a famílias em situação de vulnerabilidade social.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Promover a integração ao mercado de trabalho.
D) Habilitar e reabilitar pessoas com deficiência e promover sua integração à vida comunitária.
E) Oferecer proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

QUESTÃO 43

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.

São objetivos que servem de base para que o Poder Público, nos termos da lei, organize a Seguridade Social, exceto:

A) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
D) Igualdade na forma de participação no custeio.
E) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

QUESTÃO 44

Não corresponde a um princípio fundamental elencado no Código de Ética do Assistente Social:

A) Ampliação e consolidação da cidadania, consideradas tarefas primordiais de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
B) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e ideologia de gênero.
C) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
D) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
E) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

QUESTÃO 45

O sigilo profissional é garantido aos assistentes sociais por seu código de ética profissional. Entretanto, a quebra do sigilo é admissível quando

A) se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
B) se tratar de situações previstas no Regimento Interno da instituição de trabalho do profissional.
C) se tratar de situações previstas na Constituição Federal Brasileira e se tratarem de fato delituoso.
D) se tratar de ordem emanada de autoridade competente e respaldada por autorização judicial.
E) se tratarem de situações de natureza delituosa que tenham sido reveladas para o profissional, desde que previamente autorizadas por autoridade judicial.

QUESTÃO 46

São obrigações das entidades de atendimento ao idoso descritas no Estatuto do Idoso, exceto:

A) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade.
B) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
C) Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.
D) Comunicar ao Ministério Público toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas.
E) Proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade da pessoa idosa.

QUESTÃO 47

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.

Não faz parte desse conjunto de ações:

A) A capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos conselhos tutelares e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidos no inciso II do *caput* do Estatuto, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional.

B) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação com redução de castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

C) A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com o Conselho Tutelar, com os conselhos de direitos da criança e do adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

D) A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

E) A promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes.

QUESTÃO 48

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, não é direito do adolescente privado de liberdade:

A) Avistar-se reservadamente com seu defensor.

B) Receber visitas ao menos de dois em dois dias.

C) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

D) Ter acesso aos meios de comunicação social.

E) Ser tratado com respeito e dignidade.

QUESTÃO 49

Considere que a um assistente social é solicitado que realize terapia familiar grupal com o intuito de potencializar as relações de um grupo com vínculos rompidos.

Tendo por base a lei de regulamentação da profissão de assistente social, pode-se afirmar que esse profissional deve

A) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas competências profissionais.

B) recusar a realização da tarefa, pois não se trata nem de sua competência profissional nem de sua atribuição privativa.

C) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas atribuições privativas.

D) recusar a realização da tarefa, pois a realização de terapia social grupal é permitida somente a assistentes sociais clínicos.

E) realizar a atividade, tendo em vista que ela é tanto sua atribuição privativa quanto sua competência profissional.

QUESTÃO 50

Acerca da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

A) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais constituem atribuição privativa do assistente social.

B) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população constituem atribuição privativa do assistente social.

C) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social constituem uma das competências do assistente social.

D) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui atribuição privativa do assistente social.

E) Fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais constitui uma competência profissional.

QUESTÃO 51

Não constitui atribuição privativa do assistente social:

A) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

B) Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

C) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

D) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

E) Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

QUESTÃO 52

A Lei Maria da Penha está em vigor desde 22 de setembro de 2006, em cumprimento à Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Prevenir, Punir e Eliminar a Violência contra a Mulher e à Convenção de Berendou, que o Brasil ratificou em 1994, à Convenção de Pala e à Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De acordo com essa legislação, são deveres da autoridade policial no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, entre outras providências, exceto:

A) Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
B) Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
C) Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Conselho de Políticas Públicas para a Mulher.
D) Acompanhar a ofendida, se necessário, para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
E) Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei Maria da Penha, inclusive os de assistência judiciária.

QUESTÃO 53

São diretrizes relativas à política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e realizadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, exceto:

A) Integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
B) Capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos quanto às questões de gênero e de raça ou etnia.
C) Promoção de programas educacionais e campanhas de conscientização que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva biológica de sexo e raça.
D) Promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.
E) Celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 54

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Dada essa interlocução entre as políticas públicas, pode-se afirmar que um juiz responsável pelo atendimento da situação assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, exceto:

A) A manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
B) A garantia de pagamento de Benefício de Prestação Continuada enquanto durar a situação de violação de direitos ou ameaça de interrupção deste.
C) O acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
D) O encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial.
E) A inclusão, por prazo certo, da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

QUESTÃO 55

Sobre a garantia de assistência social a idosos definida no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta.

A) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
B) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
C) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
D) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
E) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 0,5 meio salário-mínimo, nos termos da LOAS.

QUESTÃO 56

Não é uma linha de ação da política de atendimento descrita no Estatuto do Idoso:

A) Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

B) Mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento da pessoa idosa.

C) Políticas e programas previdenciários, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.

D) Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonadas em hospitais e instituições de longa permanência.

E) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas.

QUESTÃO 57

Com base no que diz o texto “Serviço Social e acesso à Justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar” (2010), de Eunice Fávero e Elizangela Mazuelos, no que diz respeito à mediação familiar como possibilidade de acesso à justiça, assinale a alternativa incorreta.

A) A intervenção em mediação familiar tem o objetivo de possibilitar uma alternativa à família que busca solução judicial para um conflito que vivencia em suas relações-públicas, portanto, no âmbito da vida pública.

B) Trabalhar na perspectiva da mediação familiar com foco no entendimento das relações sociais é desafiante, requerendo do profissional que se encontra na linha de frente da intervenção habilidades que vão além das técnicas de negociação.

C) Sem o entendimento e a análise crítica das questões sociais envolvidas, a mediação será uma técnica de intervenção que poderá proporcionar a contenção, o alívio temporário de conflitos familiares, mas não contribuirá para que a família e o profissional entendam as raízes e os condicionantes sociais do conflito e se empoderem para enfrentá-los.

D) O Serviço Social tem possibilitado, durante as atividades de mediação, que sejam pontuadas questões pouco exploradas por profissionais de outras áreas, como as consequências do desemprego nas relações familiares e a insuficiência de políticas sociais para atendimento das necessidades e dos direitos dessa população.

E) É fundamental que o profissional de Serviço Social que faz uso desse instrumental exercite a reflexão sobre o conjunto dos elementos que forjam a problemática apresentada, estabelecendo conexões com as determinações postas em sua construção pela questão social, e com as implicações do conflito existente, na família e no território

QUESTÃO 58

Sobre o tema ações afirmativas, tendo por base a publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2016), assinale a alternativa correta.

A) As políticas de ação afirmativa têm como objetivo a garantia de direitos de grupos socialmente em situação desigual e de desvantagem histórica. Essas políticas discriminam negativamente, para extinguir danos e dívidas historicamente produzidas e herdadas de uma estrutura socioeconômica que produz determinações contraditórias.

B) A Constituição Federal tem sido invocada por quem se opõe à adoção das políticas de ação afirmativa, por meio do artigo que preconiza a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, como justificativa para a não implementação dessas políticas. A igualdade, nesse sentido, é concebida como um direito informal e relativo, com a devida apropriação das mediações existentes na realidade concreta dos indivíduos sociais.

C) Há uma outra concepção que credita às ações afirmativas o poder de superar o racismo e a discriminação racial. Aqui, o que vemos é um superdimensionamento do sentido e do alcance dessas políticas. Elas não têm o objetivo nem condições concretas para a eliminação de algo que não está na superfície das relações sociais, mas que, ao contrário, está na estrutura delas.

D) As políticas de ação afirmativa para os países pioneiros em sua implementação (Índia, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros), visam a oferecer aos grupos historicamente discriminados um tratamento igualitário para equiparar as desvantagens perante as práticas de racismo e de outras formas de discriminação.

E) O controle das lutas populares no empenho para eliminar todas as formas de preconceito, a defesa intransigente dos direitos econômicos e o reconhecimento da liberdade como valor ético central devem constituir os princípios que nortearão a defesa das ações afirmativas.

QUESTÃO 59

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) não obedecem ao seguinte princípio:

A) Descentralização político-administrativa, com direção múltipla em cada esfera de governo.

B) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

C) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário.

D) Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

QUESTÃO 60

Não compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS):

A) Formar consórcios administrativos intermunicipais.
B) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.
C) Participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico.
D) Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de saúde do trabalhador.
E) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 61

Considerando o texto "Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil", de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa que não apresenta aspectos importantes a serem considerados pelas "novas" políticas sociais.

A) Integração e coordenação de políticas macroeconômicas e microeconômicas, tais como as políticas sociais e reformas estruturais.
B) Mobilização social para se promover a organização e o empoderamento das comunidades pobres.
C) Reconhecimento de que as falhas de mercado devem ser atacadas para se dar oportunidades aos pobres.
D) Necessidade de aumentar a eficiência no uso dos recursos das políticas sociais.
E) Expansão de forma a universalizar os programas de transferência brasileiros.

QUESTÃO 62

O SUS é essencial para se garantir o acesso universal à saúde, promovendo a equidade e a dignidade dos cidadãos. Sua existência é fundamental para combater desigualdades, oferecer tratamento gratuito e prevenir doenças, consolidando-se como um pilar da democracia e do bem-estar social.

A esse sistema compete, nos termos da lei:

A) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.
E) Fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

QUESTÃO 63

O artigo 194 da Constituição Federal brasileira apresenta o conceito de Seguridade Social enquanto o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

A) saúde, à previdência e à assistência social.
B) segurança alimentar, à previdência e à educação.
C) educação, à assistência social e à preservação ambiental.
D) segurança alimentar, à previdência e à preservação ambiental.
E) educação, à previdência social e à preservação ambiental.

QUESTÃO 64

Tendo por base o texto "Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil", de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa incorreta.

A) Um elemento para a redução da pobreza é o crescimento econômico, pois se constitui em uma peça fundamental para o desenvolvimento, que deve refletir, por sua vez, em uma possível melhoria na qualidade de vida da sociedade. Para tanto, torna-se indispensável um crescimento que modifique a distribuição econômica.
B) A pobreza brasileira é resultante de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que uma parcela da população não foi beneficiada com oportunidades que lhes permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos considerados universais, como acesso à educação e à saúde, participação política, emprego e renda que lhes protejam da fome e da exclusão social.
C) A renda da aposentadoria e de pensões tem pouco efeito na redução da pobreza nas faixas etárias mais avançadas da população brasileira, sendo este um dos programas sociais mais bem-sucedidos do país. A aposentadoria rural é custeada pelo contribuinte e garante benefícios com uma contrapartida quase insignificante de contribuições.
D) O crescimento por si só não é condição suficiente para reduzir a pobreza. A evolução ocorrida nos últimos trinta anos na economia brasileira foi incapaz de mitigar a desigualdade dos rendimentos entre os indivíduos e do desenvolvimento entre regiões, pois, apesar do crescimento econômico e das enormes transformações sociais ocorridas nesse período, constata-se a permanência de elevada incidência de pobreza absoluta e diferenças regionais na sua repartição.
E) As políticas sociais devem atacar as causas da pobreza, criando oportunidades que permitam a saída da condição de pobreza de forma sustentável, agindo no contexto que se vivencia, além de atuar no âmbito do indivíduo, com efeitos permanentes para os pobres.

QUESTÃO 65

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é dever do profissional, na sua relação com assistentes sociais e outros profissionais:

A) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
B) Elaborar relatórios conjuntos e emitir pareceres com coautoria.
C) Participar de forma efetiva das intervenções terapêuticas com outros profissionais.
D) Conhecer os códigos de ética profissional dos demais membros da equipe.
E) Elaborar dinâmicas e atividades psicoterapêuticas em conjunto com o psicólogo.

QUESTÃO 66

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, exceto:

A) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.
B) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; universalidade e integralidade para acesso ao SUS.
C) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades de recuperação da saúde, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
D) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
E) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.

QUESTÃO 67

Com base no descrito na Constituição Federal, não é um dos objetivos da Assistência Social brasileira:

A) O amparo às crianças e adolescentes carentes
B) A promoção da integração ao mercado de trabalho
C) A concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
D) A habilitação e a reabilitação das pessoas deficientes, e a promoção de sua integração à vida comunitária
E) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice

QUESTÃO 68

A seguridade social brasileira é um sistema abrangente que visa a proteger os cidadãos em situações de vulnerabilidade. Apesar dos desafios e da necessidade de aprimoramento, a seguridade social desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos sociais e na redução das desigualdades no país.

A Previdência Social está organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atende

A) à proteção à maternidade, especialmente à gestante.
B) à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
C) à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
D) à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
E) à concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

QUESTÃO 69

Com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete aos CRESS expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.
B) Constitui atribuição privativa do assistente social dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
C) Compete aos CRESS fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social na respectiva região.
D) Constitui competência profissional do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
E) Compete ao CFESS fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais.

QUESTÃO 70

São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis por criança ou adolescente, descritas no Estatuto da Criança e Adolescente, exceto:

A) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação
B) Restrição da liberdade
C) Perda da guarda
D) Destituição da tutela
E) Advertência

QUESTÃO 71

Acerca da inserção do Serviço Social no sistema sociojurídico, assinale a alternativa incorreta.

A) Nas últimas décadas, após a Constituição Federal de 1988 e leis complementares – especialmente a legislação social –, caminha-se para uma presença mais expressiva dos assistentes sociais, numérica e qualitativamente, em espaços sócio-ocupacionais que, em nosso meio profissional, são chamados de sociojurídicos.

B) Com ações localizadas e dirigidas a indivíduos e famílias considerados então disfuncionais à ordem social vigente, por várias décadas o assistente social atuou com base em uma identidade atribuída pela classe detentora dos meios de produção e ideológicos, inclusive no Poder Judiciário, em que esse profissional foi inserido no final dos anos 1940.

C) Em toda sua existência no sistema sociojurídico, o Serviço Social conviveu com a hegemonia de um projeto profissional voltado para a conquista e a efetivação de direitos humanos e sociais, sendo contrário ao ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente, buscando-se uma nova ordem societária.

D) O assistente social que atua na Defensoria Pública necessita priorizar seu trabalho no oferecimento de subsídios a ações de interesse coletivo, para não sucumbir à enormidade de ações processuais, especialmente das varas da Infância e da Juventude, em que a barbárie que permeia a realidade social chega geralmente fragmentada, como demandas individuais.

E) Nos espaços sociojurídicos, o Serviço Social tem participado mais diretamente do fazer jurídico como reconhecida área do saber, fundamental para agregar a esse fazer jurídico conhecimentos necessários à leitura e à interpretação crítica da realidade social, no interior da qual os sujeitos envolvidos em um processo judicial vivem em sua "totalidade" sócio-histórica.

QUESTÃO 72

O CRESS aplicará as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993:

A) Advertência pública em jornal de grande circulação e afixado no local de trabalho do profissional.

B) Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente.

C) Cancelamento definitivo do registro após a segunda advertência.

D) Suspensão de quatro a oito anos de exercício da profissão ao assistente social que deixar de cumprir disposições do Código de Ética.

E) Suspensão do registro nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

QUESTÃO 73

Conforme descrito na Lei Maria da Penha, no que diz respeito à criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, exceto:

A) Conselhos consultivos e deliberativos municipais, distritais, estaduais e federal de combate à violência contra a mulher

B) Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar

C) Casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar

D) Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar

E) Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar

QUESTÃO 74

Acerca da assistência judiciária concedida à mulher em situação de violência doméstica e familiar, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

B) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse três salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

C) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse dois salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

D) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse 1,5 salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

E) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

QUESTÃO 75

Conforme o que se afirma na publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo” (2016), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assinale a alternativa incorreta.

A) As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para imputação de valores positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra.

B) O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais a relações estruturais e institucionalizadas. É gerador de múltiplas violências, guerras, desigualdade racial, perseguição religiosa e extermínio.

C) O Brasil não é signatário de pactos internacionais de defesa dos direitos humanos e combate ao racismo. Na Constituição Federal brasileira, de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLII, é considerado crime afiançável e prescritível, sujeito a pena substitutiva.

D) O racismo, por estar muitas vezes naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, torna habitual comportamentos e ideias preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

E) Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, o racismo naturaliza ideias e comportamentos preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

QUESTÃO 76

Acerca do acesso à justiça elencado no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.

A) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, por meio de defensor público ou advogado nomeado.

C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

D) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes até a idade de dezesseis anos a que se atribua autoria de ato infracional.

E) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por quaisquer de seus órgãos.

QUESTÃO 77

Com vistas a ser orientada por assistente social acerca da possibilidade de concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma senhora com idade de 66 anos, que reside com seu filho de 23 anos, sua filha de 20 anos (que é deficiente física) e seu cônjuge de 60 anos, comparece ao serviço de orientação sociojurídica de sua região para obter esclarecimentos. Ressalta que seu filho trabalha com carteira assinada e obtém rendimento médio de R$ 3.566,00 mensais, e seu cônjuge é aposentado por tempo de serviço com renda de apenas 1 (um) salário-mínimo.

O assistente social, de posse dessas informações e orientado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), deve informar

A) que ela possui direito a recebimento imediato desse benefício, tendo em vista sua situação socioeconômica.

B) que, em razão da existência de dois idosos e de uma pessoa com deficiência, a LOAS garante o acesso a esse benefício.

C) que ela não poderá acessar ao benefício, tendo em vista a existência de beneficiário de previdência social no domicílio.

D) que, tendo em vista todos os filhos serem maiores de idade, ela não está apta para o recebimento do benefício.

E) que, devido aos critérios de renda *per capita* familiar para concessão do benefício, este não poderá ser concedido.

QUESTÃO 78

Analise as competências e atribuições a seguir.

I. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais constitui uma atribuição privativa.

II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil constitui uma competência profissional.

III. Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social é uma atribuição privativa.

IV. Treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social é uma competência profissional.

São competências e atribuições privativas do assistente social:

A) I e IV, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) II e III, apenas.

QUESTÃO 79

Acerca dos poderes do juiz, no que diz respeito à Lei Maria da Penha e quando necessário, este não poderá:

A) Encaminhar o agressor compulsoriamente para instituição psiquiátrica em regime de internação quando houver a constatação de abuso de entorpecente.

B) Determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor.

C) Determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.

D) Determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio.

E) Encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

QUESTÃO 80

Tendo por base o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), analise as seguintes afirmativas.

I. A noção de desenvolvimento de um país ou região inclui não apenas o crescimento econômico, mas abrange também aspectos distributivos e outros relativos ao bem-estar da população.

II. O Brasil não é um país pobre. A pobreza não reside na escassez de recursos, já que o país tem se mostrado capaz de gerar renda suficiente para eliminá-la, ela está ligada à histórica concentração de renda do país.

III. Os programas de transferência de renda devem promover uma universalização do acesso, de forma a contemplar o maior contingente populacional possível, tendo em vista a dimensão e a proporção que a pobreza atinge no Brasil.

IV. Os programas de transferência de renda brasileiros têm apresentado impactos nulos sobre os indicadores acerca da pobreza e da desigualdade do país, tendo em vista o baixo valor repassado.

Estão corretas as afirmativas

A) I e III, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, III e IV, apenas.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

Leia estes textos.

TEXTO I

Sistema Único de Assistência Social

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

SEÇÃO IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO III



Disponível em: https://ctpocoes.blogspot.com/p/charges.html. Acesso em: 11 set. 2023.

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema:

Como a assistência social pode fazer frente à situação de vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, que considere a atuação do assistente social diante da situação representada na charge (texto III).

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA B

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

PROVA C

Código: 301

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 15 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 10 questões de Noções de Direito, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

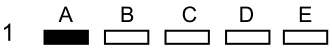
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"A amizade é um amor que nunca morre."
Mario Quintana

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) "Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem." (primitivo)

B) "A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...]." (verificar)

C) "Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...]." (discursos)

D) "Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...]." (descoberta)

E) "Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que 'a atitude linguística assumida pelo falante [...]'." (mantém)

QUESTÃO 2

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em "A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]", o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em "Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.", a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em "[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.", a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em "Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que 'um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua'.", a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em "Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.", o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 3

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo “conforme” é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.
B) A expressão “é que”, em “é na língua que”, é classificada como locução denotativa que exprime realce.
C) O termo “que”, em “do que somos”, se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.
D) O termo “como” é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.
E) “Não obstante” é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 4

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.
B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.
C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.
D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.
E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

QUESTÃO 5

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.
B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.
C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.
D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.
E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 6

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.
II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.
III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.
IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.
B) I, III e IV, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar "para trás".

[...]

"A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas", disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

"Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro", disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. "Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial", afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.
B) restrição, conformidade, confirmação.
C) adição, finalidade, consequência.
D) oposição, condicionalidade, conclusão.
E) complementação, comparação, explicação.

QUESTÃO 8

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em "Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso", o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.", o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em "A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]", o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em "Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.", a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em "Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.", o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) "IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar 'para trás'**."
B) "[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**."
C) "Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]."
D) "[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**."
E) "[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...]."

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) “[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência.” (introduzir uma oração subordinada adjetiva)

B) “[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA.” (introduzir uma oração subordinada adverbial)

C) “Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...].” (introduzir uma oração coordenada sindética)

D) “[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras.” (introduzir uma oração subordinada substantiva)

E) “E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...].” (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 11

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.

B) “a grande ferramenta da atualidade” é um predicativo do sujeito.

C) “quem não se preparar” é um sujeito oracional.

D) “especialista” é o objeto direto do verbo de elocução “diz”.

E) “vai ficar para trás” é uma oração principal em relação à oração anterior.

QUESTÃO 12

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.

II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.

III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.

IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho “o Inhotim é uma entidade privada”.

II. A retomada de Inhotim por meio da expressão “um dos maiores museus a céu aberto do mundo” é um exemplo de emprego de descrição indefinida.

III. O uso do pronome possessivo “sua”, em “Sua localização privilegiada”, é um exemplo de nexo por associação.

IV. O emprego da descrição definida “os visitantes” promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) “O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).”

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) “[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].”

[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) “Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...].”

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) “Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].”

Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) “[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.”

[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 15

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).

B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.

C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.

D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.

E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 16

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.

B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.

D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.

E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 17

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.

III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 18

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.
C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.
D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.
E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 19

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.
B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.
C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.
D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.
E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 20

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.
C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.
D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.
E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 21

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 22

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.

II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.

III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.

B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.

C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.

D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.

E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 23

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.

C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.

D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.

E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 24

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.

B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.

C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.

D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.

E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

QUESTÃO 25

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.
B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.
C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.
D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.
E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 26

No que diz respeito às normas da Lei Complementar nº 65, de 2003, do Estado de Minas Gerais, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público, e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

A) A assistência jurídica integral e gratuita fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.
B) As decisões da Defensoria Pública, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata.
C) Aos membros da Defensoria Pública é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.
D) A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública e tem por finalidade prestar-lhe apoio institucional em matéria ocupacional.
E) É obrigatória a instalação de Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado.

QUESTÃO 27

Não é um órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

A) A Defensoria Pública-Geral.
B) A Subdefensoria Pública-Geral.
C) O Centro de Desenvolvimento Institucional.
D) O Conselho Superior da Defensoria Pública.
E) A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

QUESTÃO 28

Sobre as regras previstas na Lei nº 22.790, de 2017, do estado de Minas Gerais, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

I. A jornada do servidor das carreiras de apoio administrativo e serviços auxiliares da Defensoria Pública será de quarenta horas semanais, ressalvada a carga horária estabelecida em normas específicas para determinadas categorias funcionais.
II. Os quantitativos de cargos efetivos previstos nesta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação do servidor e podem ser livremente remanejados conforme a necessidade de serviço, por ato motivado do Defensor Público-Geral.
III. A critério do Defensor Público-Geral ou de quem ele delegar, poderão ser abonadas faltas justificadas ao serviço, de até três dias por semestre, na forma do regulamento interno.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 29

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
B) Viola a Constituição a imposição legal de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa.
C) A Constituição impõe ao Estado a obrigação de informar ao preso seu direito ao silêncio não apenas no interrogatório formal, mas logo no momento da abordagem, quando recebe voz de prisão por policial, em situação de flagrante delito.
D) O princípio constitucional da autodefesa não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente.
E) Ante o princípio constitucional da não culpabilidade, inquéritos e processos criminais em curso são neutros na definição dos antecedentes criminais.

QUESTÃO 30

Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição da República de 1988).

Sobre o *habeas corpus* e a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

A) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
B) Cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
C) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
D) Deve ser conhecido *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.
E) Não se conhece de recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

QUESTÃO 31

Em relação aos princípios da Administração Pública e à posição firmada pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta.

A) Os requisitos do edital para o ingresso em cargo público devem ter por fundamento lei em sentido formal e material, motivo pelo qual editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
B) É constitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
C) Não é privativa do chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na administração pública, uma vez que leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade.
D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
E) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

QUESTÃO 32

Sobre as regras relativas à frequência e ao horário, previstas na Lei nº 869, de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa incorreta.

A) O expediente normal das repartições públicas será estabelecido em lei, a qual determinará o número de horas de trabalho normal para os diversos cargos e funções.
B) O funcionário deverá permanecer na repartição durante as horas de trabalho ordinário e as do extraordinário, quando convocado.
C) Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, as entradas e saídas dos funcionários em serviço.
D) Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto e abonar faltas ao serviço.
E) O período de trabalho poderá ser antecipado ou prorrogado para toda repartição ou partes, conforme a necessidade do serviço.

QUESTÃO 33

Sobre as regras previstas na Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

( ) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
( ) Não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na referida lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
( ) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
( ) As disposições da referida lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Assinale a sequência correta.

A) V V F V
B) V F V V
C) F F V F
D) F V F F
E) V V F F

QUESTÃO 34

No que diz respeito às previsões da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à Defensoria Pública, observados os prazos e os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elaboração de sua proposta orçamentária.

II. No caso de a Defensoria Pública não encaminhar sua proposta orçamentária dentro do prazo, o Poder Legislativo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Lei Ordinária organizará a Defensoria Pública em cargos de carreira, providos na classe inicial mediante concurso público, realizado com participação da Ordem dos Advogados do Brasil, assegurada aos seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vitaliciedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 35

Não é uma função institucional da Defensoria Pública, conforme previsão da Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências:

A) Promover a ação penal pública.
B) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
C) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
D) Patrocinar ação penal privada.
E) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 36

Com vistas a ser orientada por assistente social acerca da possibilidade de concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma senhora com idade de 66 anos, que reside com seu filho de 23 anos, sua filha de 20 anos (que é deficiente física) e seu cônjuge de 60 anos, comparece ao serviço de orientação sociojurídica de sua região para obter esclarecimentos. Ressalta que seu filho trabalha com carteira assinada e obtém rendimento médio de R$ 3.566,00 mensais, e seu cônjuge é aposentado por tempo de serviço com renda de apenas 1 (um) salário-mínimo.

O assistente social, de posse dessas informações e orientado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), deve informar

A) que ela possui direito a recebimento imediato desse benefício, tendo em vista sua situação socioeconômica.
B) que, em razão da existência de dois idosos e de uma pessoa com deficiência, a LOAS garante o acesso a esse benefício.
C) que ela não poderá acessar ao benefício, tendo em vista a existência de beneficiário de previdência social no domicílio.
D) que, tendo em vista todos os filhos serem maiores de idade, ela não está apta para o recebimento do benefício.
E) que, devido aos critérios de renda *per capita* familiar para concessão do benefício, este não poderá ser concedido.

QUESTÃO 37

Analise as competências e atribuições a seguir.

I. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais constitui uma atribuição privativa.
II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil constitui uma competência profissional.
III. Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social é uma atribuição privativa.
IV. Treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social é uma competência profissional.

São competências e atribuições privativas do assistente social:

A) I e IV, apenas.
B) I e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) II e III, apenas.

QUESTÃO 38

Acerca dos poderes do juiz, no que diz respeito à Lei Maria da Penha e quando necessário, este não poderá:

A) Encaminhar o agressor compulsoriamente para instituição psiquiátrica em regime de internação quando houver a constatação de abuso de entorpecente.
B) Determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor.
C) Determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
D) Determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio.
E) Encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

QUESTÃO 39

Tendo por base o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), analise as seguintes afirmativas.

I. A noção de desenvolvimento de um país ou região inclui não apenas o crescimento econômico, mas abrange também aspectos distributivos e outros relativos ao bem-estar da população.
II. O Brasil não é um país pobre. A pobreza não reside na escassez de recursos, já que o país tem se mostrado capaz de gerar renda suficiente para eliminá-la, ela está ligada à histórica concentração de renda do país.
III. Os programas de transferência de renda devem promover uma universalização do acesso, de forma a contemplar o maior contingente populacional possível, tendo em vista a dimensão e a proporção que a pobreza atinge no Brasil.
IV. Os programas de transferência de renda brasileiros têm apresentado impactos nulos sobre os indicadores acerca da pobreza e da desigualdade do país, tendo em vista o baixo valor repassado.

Estão corretas as afirmativas

A) I e III, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 40

Acerca das críticas à defesa da mediação familiar descritas no texto “Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar” (2019), de Horst e Tenorio, assinale a alternativa incorreta.

A) Um dos pontos mais preocupantes dessa metodologia está relacionado aos códigos de ética profissionais. Os mediadores possuem código de ética próprio. Conforme sinaliza o texto, diversos problemas surgem desse conflito.
B) O conflito entre o Código de Ética Profissional do Serviço Social e o Código de Ética do Mediador acarreta problemas no que tange às competências e atribuições do profissional que assume tal atividade.
C) A defesa dos princípios de imparcialidade e neutralidade vão na contramão do que defende o projeto profissional crítico, materializado no Código de Ética profissional, pois são princípios incabíveis numa atuação profissional essencialmente política.
D) A ênfase da mediação familiar é no indivíduo como unidade em si mesma ou como unidade de tratamento, com destaque na dinâmica interna, a partir da possibilidade de êxito ou fracasso da vida pessoal, sem levar em conta a relação com a sociabilidade.
E) Posturas conciliatórias alijadas da luta de classes, das opressões, das desigualdades sociais que atomizam os sujeitos não condizem com as escolhas profissionais consonantes com projeto ético político do Serviço Social.

QUESTÃO 41

São atribuições, no âmbito administrativo, de todos os entes federados elencadas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, exceto:

A) Coordenar a política de saúde do trabalhador
B) Realizar pesquisas e estudos na área de saúde
C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde
D) Promover a articulação da política e dos planos de saúde
E) Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados

QUESTÃO 42

Os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Compete a essa equipe, de acordo com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito

A) ao procurador da agredida.
B) à vítima.
C) ao agressor.
D) à autoridade policial.
E) à Defensoria Pública.

QUESTÃO 43

Considere que um homem, 30 anos de idade, planeja adotar uma adolescente do sexo feminino com idade igual ou superior a 15 anos.

Tendo por referência o Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa que apresenta o motivo que constituirá impedimento para realização dessa adoção.

A) A adoção de adolescentes deve ser realizada por casais com idade superior a 40 anos de idade.
B) A adoção de pessoas de sexos diferentes é proibida pelo ECA, salvo nos casos de menores de 12 anos de idade.
C) O adotante há ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
D) O adotante com idade inferior a 45 anos é proibido pelo ECA de adotar adolescentes.
E) A adoção de adolescentes somente é permitida na modalidade conjunta.

QUESTÃO 44

São deveres do assistente social na sua relação com as instituições empregadoras, exceto:

A) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
B) Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros executados sob sua orientação.
C) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
D) Empregar com transparência as verbas sob sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.
E) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

QUESTÃO 45

Não é uma competência dos municípios descrita na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

A) Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.
B) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
C) Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
D) Responder pela concessão e manutenção do benefício de prestação continuada (BPC).
E) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

QUESTÃO 46

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política pública não contributiva, que provê os mínimos sociais, e é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

São objetivos da Assistência Social, com base no segundo artigo da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, exceto:

A) Custear medicamentos a famílias em situação de vulnerabilidade social.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Promover a integração ao mercado de trabalho.
D) Habilitar e reabilitar pessoas com deficiência e promover sua integração à vida comunitária.
E) Oferecer proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

QUESTÃO 47

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.

São objetivos que servem de base para que o Poder Público, nos termos da lei, organize a Seguridade Social, exceto:

A) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
D) Igualdade na forma de participação no custeio.
E) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

QUESTÃO 48

Não corresponde a um princípio fundamental elencado no Código de Ética do Assistente Social:

A) Ampliação e consolidação da cidadania, consideradas tarefas primordiais de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
B) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e ideologia de gênero.
C) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
D) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
E) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

QUESTÃO 49

O sigilo profissional é garantido aos assistentes sociais por seu código de ética profissional. Entretanto, a quebra do sigilo é admissível quando

A) se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
B) se tratar de situações previstas no Regimento Interno da instituição de trabalho do profissional.
C) se tratar de situações previstas na Constituição Federal Brasileira e se tratarem de fato delituoso.
D) se tratar de ordem emanada de autoridade competente e respaldada por autorização judicial.
E) se tratarem de situações de natureza delituosa que tenham sido reveladas para o profissional, desde que previamente autorizadas por autoridade judicial.

QUESTÃO 50

São obrigações das entidades de atendimento ao idoso descritas no Estatuto do Idoso, exceto:

A) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade.
B) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
C) Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.
D) Comunicar ao Ministério Público toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas.
E) Proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade da pessoa idosa.

QUESTÃO 51

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.

Não faz parte desse conjunto de ações:

A) A capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos conselhos tutelares e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidos no inciso II do *caput* do Estatuto, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional.

B) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação com redução de castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

C) A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com o Conselho Tutelar, com os conselhos de direitos da criança e do adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

D) A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

E) A promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes.

QUESTÃO 52

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, não é direito do adolescente privado de liberdade:

A) Avistar-se reservadamente com seu defensor.

B) Receber visitas ao menos de dois em dois dias.

C) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

D) Ter acesso aos meios de comunicação social.

E) Ser tratado com respeito e dignidade.

QUESTÃO 53

Considere que a um assistente social é solicitado que realize terapia familiar grupal com o intuito de potencializar as relações de um grupo com vínculos rompidos.

Tendo por base a lei de regulamentação da profissão de assistente social, pode-se afirmar que esse profissional deve

A) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas competências profissionais.

B) recusar a realização da tarefa, pois não se trata nem de sua competência profissional nem de sua atribuição privativa.

C) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas atribuições privativas.

D) recusar a realização da tarefa, pois a realização de terapia social grupal é permitida somente a assistentes sociais clínicos.

E) realizar a atividade, tendo em vista que ela é tanto sua atribuição privativa quanto sua competência profissional.

QUESTÃO 54

Acerca da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

A) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais constituem atribuição privativa do assistente social.

B) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população constituem atribuição privativa do assistente social.

C) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social constituem uma das competências do assistente social.

D) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui atribuição privativa do assistente social.

E) Fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais constitui uma competência profissional.

QUESTÃO 55

Não constitui atribuição privativa do assistente social:

A) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

B) Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

C) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

D) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

E) Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

QUESTÃO 56

A Lei Maria da Penha está em vigor desde 22 de setembro de 2006, em cumprimento à Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Prevenir, Punir e Eliminar a Violência contra a Mulher e à Convenção de Berendou, que o Brasil ratificou em 1994, à Convenção de Pala e à Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De acordo com essa legislação, são deveres da autoridade policial no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, entre outras providências, exceto:

A) Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
B) Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
C) Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Conselho de Políticas Públicas para a Mulher.
D) Acompanhar a ofendida, se necessário, para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
E) Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei Maria da Penha, inclusive os de assistência judiciária.

QUESTÃO 57

São diretrizes relativas à política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e realizadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, exceto:

A) Integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
B) Capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos quanto às questões de gênero e de raça ou etnia.
C) Promoção de programas educacionais e campanhas de conscientização que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva biológica de sexo e raça.
D) Promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.
E) Celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 58

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Dada essa interlocução entre as políticas públicas, pode-se afirmar que um juiz responsável pelo atendimento da situação assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, exceto:

A) A manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
B) A garantia de pagamento de Benefício de Prestação Continuada enquanto durar a situação de violação de direitos ou ameaça de interrupção deste.
C) O acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
D) O encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial.
E) A inclusão, por prazo certo, da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

QUESTÃO 59

Sobre a garantia de assistência social a idosos definida no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta.

A) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
B) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
C) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
D) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
E) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 0,5 meio salário-mínimo, nos termos da LOAS.

QUESTÃO 60

Não é uma linha de ação da política de atendimento descrita no Estatuto do Idoso:

A) Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

B) Mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento da pessoa idosa.

C) Políticas e programas previdenciários, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.

D) Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonadas em hospitais e instituições de longa permanência.

E) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas.

QUESTÃO 61

Com base no que diz o texto “Serviço Social e acesso à Justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar” (2010), de Eunice Fávero e Elizangela Mazuelos, no que diz respeito à mediação familiar como possibilidade de acesso à justiça, assinale a alternativa incorreta.

A) A intervenção em mediação familiar tem o objetivo de possibilitar uma alternativa à família que busca solução judicial para um conflito que vivencia em suas relações-públicas, portanto, no âmbito da vida pública.

B) Trabalhar na perspectiva da mediação familiar com foco no entendimento das relações sociais é desafiante, requerendo do profissional que se encontra na linha de frente da intervenção habilidades que vão além das técnicas de negociação.

C) Sem o entendimento e a análise crítica das questões sociais envolvidas, a mediação será uma técnica de intervenção que poderá proporcionar a contenção, o alívio temporário de conflitos familiares, mas não contribuirá para que a família e o profissional entendam as raízes e os condicionantes sociais do conflito e se empoderem para enfrentá-los.

D) O Serviço Social tem possibilitado, durante as atividades de mediação, que sejam pontuadas questões pouco exploradas por profissionais de outras áreas, como as consequências do desemprego nas relações familiares e a insuficiência de políticas sociais para atendimento das necessidades e dos direitos dessa população.

E) É fundamental que o profissional de Serviço Social que faz uso desse instrumental exercite a reflexão sobre o conjunto dos elementos que forjam a problemática apresentada, estabelecendo conexões com as determinações postas em sua construção pela questão social, e com as implicações do conflito existente, na família e no território

QUESTÃO 62

Sobre o tema ações afirmativas, tendo por base a publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2016), assinale a alternativa correta.

A) As políticas de ação afirmativa têm como objetivo a garantia de direitos de grupos socialmente em situação desigual e de desvantagem histórica. Essas políticas discriminam negativamente, para extinguir danos e dívidas historicamente produzidas e herdadas de uma estrutura socioeconômica que produz determinações contraditórias.

B) A Constituição Federal tem sido invocada por quem se opõe à adoção das políticas de ação afirmativa, por meio do artigo que preconiza a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, como justificativa para a não implementação dessas políticas. A igualdade, nesse sentido, é concebida como um direito informal e relativo, com a devida apropriação das mediações existentes na realidade concreta dos indivíduos sociais.

C) Há uma outra concepção que credita às ações afirmativas o poder de superar o racismo e a discriminação racial. Aqui, o que vemos é um superdimensionamento do sentido e do alcance dessas políticas. Elas não têm o objetivo nem condições concretas para a eliminação de algo que não está na superfície das relações sociais, mas que, ao contrário, está na estrutura delas.

D) As políticas de ação afirmativa para os países pioneiros em sua implementação (Índia, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros), visam a oferecer aos grupos historicamente discriminados um tratamento igualitário para equiparar as desvantagens perante as práticas de racismo e de outras formas de discriminação.

E) O controle das lutas populares no empenho para eliminar todas as formas de preconceito, a defesa intransigente dos direitos econômicos e o reconhecimento da liberdade como valor ético central devem constituir os princípios que nortearão a defesa das ações afirmativas.

QUESTÃO 63

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) não obedecem ao seguinte princípio:

A) Descentralização político-administrativa, com direção múltipla em cada esfera de governo.

B) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

C) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário.

D) Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

QUESTÃO 64

Não compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS):

A) Formar consórcios administrativos intermunicipais.
B) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.
C) Participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico.
D) Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de saúde do trabalhador.
E) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 65

Considerando o texto "Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil", de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa que não apresenta aspectos importantes a serem considerados pelas "novas" políticas sociais.

A) Integração e coordenação de políticas macroeconômicas e microeconômicas, tais como as políticas sociais e reformas estruturais.
B) Mobilização social para se promover a organização e o empoderamento das comunidades pobres.
C) Reconhecimento de que as falhas de mercado devem ser atacadas para se dar oportunidades aos pobres.
D) Necessidade de aumentar a eficiência no uso dos recursos das políticas sociais.
E) Expansão de forma a universalizar os programas de transferência brasileiros.

QUESTÃO 66

O SUS é essencial para se garantir o acesso universal à saúde, promovendo a equidade e a dignidade dos cidadãos. Sua existência é fundamental para combater desigualdades, oferecer tratamento gratuito e prevenir doenças, consolidando-se como um pilar da democracia e do bem-estar social.

A esse sistema compete, nos termos da lei:

A) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.
E) Fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

QUESTÃO 67

O artigo 194 da Constituição Federal brasileira apresenta o conceito de Seguridade Social enquanto o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

A) saúde, à previdência e à assistência social.
B) segurança alimentar, à previdência e à educação.
C) educação, à assistência social e à preservação ambiental.
D) segurança alimentar, à previdência e à preservação ambiental.
E) educação, à previdência social e à preservação ambiental.

QUESTÃO 68

Tendo por base o texto "Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil", de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa incorreta.

A) Um elemento para a redução da pobreza é o crescimento econômico, pois se constitui em uma peça fundamental para o desenvolvimento, que deve refletir, por sua vez, em uma possível melhoria na qualidade de vida da sociedade. Para tanto, torna-se indispensável um crescimento que modifique a distribuição econômica.
B) A pobreza brasileira é resultante de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que uma parcela da população não foi beneficiada com oportunidades que lhes permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos considerados universais, como acesso à educação e à saúde, participação política, emprego e renda que lhes protejam da fome e da exclusão social.
C) A renda da aposentadoria e de pensões tem pouco efeito na redução da pobreza nas faixas etárias mais avançadas da população brasileira, sendo este um dos programas sociais mais bem-sucedidos do país. A aposentadoria rural é custeada pelo contribuinte e garante benefícios com uma contrapartida quase insignificante de contribuições.
D) O crescimento por si só não é condição suficiente para reduzir a pobreza. A evolução ocorrida nos últimos trinta anos na economia brasileira foi incapaz de mitigar a desigualdade dos rendimentos entre os indivíduos e do desenvolvimento entre regiões, pois, apesar do crescimento econômico e das enormes transformações sociais ocorridas nesse período, constata-se a permanência de elevada incidência de pobreza absoluta e diferenças regionais na sua repartição.
E) As políticas sociais devem atacar as causas da pobreza, criando oportunidades que permitam a saída da condição de pobreza de forma sustentável, agindo no contexto que se vivencia, além de atuar no âmbito do indivíduo, com efeitos permanentes para os pobres.

QUESTÃO 69

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é dever do profissional, na sua relação com assistentes sociais e outros profissionais:

A) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
B) Elaborar relatórios conjuntos e emitir pareceres com coautoria.
C) Participar de forma efetiva das intervenções terapêuticas com outros profissionais.
D) Conhecer os códigos de ética profissional dos demais membros da equipe.
E) Elaborar dinâmicas e atividades psicoterapêuticas em conjunto com o psicólogo.

QUESTÃO 70

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, exceto:

A) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.
B) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; universalidade e integralidade para acesso ao SUS.
C) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades de recuperação da saúde, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
D) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
E) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.

QUESTÃO 71

Com base no descrito na Constituição Federal, não é um dos objetivos da Assistência Social brasileira:

A) O amparo às crianças e adolescentes carentes
B) A promoção da integração ao mercado de trabalho
C) A concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
D) A habilitação e a reabilitação das pessoas deficientes, e a promoção de sua integração à vida comunitária
E) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice

QUESTÃO 72

A seguridade social brasileira é um sistema abrangente que visa a proteger os cidadãos em situações de vulnerabilidade. Apesar dos desafios e da necessidade de aprimoramento, a seguridade social desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos sociais e na redução das desigualdades no país.

A Previdência Social está organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atende

A) à proteção à maternidade, especialmente à gestante.
B) à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
C) à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
D) à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
E) à concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

QUESTÃO 73

Com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete aos CRESS expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.
B) Constitui atribuição privativa do assistente social dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
C) Compete aos CRESS fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social na respectiva região.
D) Constitui competência profissional do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
E) Compete ao CFESS fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais.

QUESTÃO 74

São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis por criança ou adolescente, descritas no Estatuto da Criança e Adolescente, exceto:

A) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação
B) Restrição da liberdade
C) Perda da guarda
D) Destituição da tutela
E) Advertência

QUESTÃO 75

Acerca da inserção do Serviço Social no sistema sociojurídico, assinale a alternativa incorreta.

A) Nas últimas décadas, após a Constituição Federal de 1988 e leis complementares – especialmente a legislação social –, caminha-se para uma presença mais expressiva dos assistentes sociais, numérica e qualitativamente, em espaços sócio-ocupacionais que, em nosso meio profissional, são chamados de sociojurídicos.

B) Com ações localizadas e dirigidas a indivíduos e famílias considerados então disfuncionais à ordem social vigente, por várias décadas o assistente social atuou com base em uma identidade atribuída pela classe detentora dos meios de produção e ideológicos, inclusive no Poder Judiciário, em que esse profissional foi inserido no final dos anos 1940.

C) Em toda sua existência no sistema sociojurídico, o Serviço Social conviveu com a hegemonia de um projeto profissional voltado para a conquista e a efetivação de direitos humanos e sociais, sendo contrário ao ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente, buscando-se uma nova ordem societária.

D) O assistente social que atua na Defensoria Pública necessita priorizar seu trabalho no oferecimento de subsídios a ações de interesse coletivo, para não sucumbir à enormidade de ações processuais, especialmente das varas da Infância e da Juventude, em que a barbárie que permeia a realidade social chega geralmente fragmentada, como demandas individuais.

E) Nos espaços sociojurídicos, o Serviço Social tem participado mais diretamente do fazer jurídico como reconhecida área do saber, fundamental para agregar a esse fazer jurídico conhecimentos necessários à leitura e à interpretação crítica da realidade social, no interior da qual os sujeitos envolvidos em um processo judicial vivem em sua "totalidade" sócio-histórica.

QUESTÃO 76

O CRESS aplicará as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993:

A) Advertência pública em jornal de grande circulação e afixado no local de trabalho do profissional.

B) Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente.

C) Cancelamento definitivo do registro após a segunda advertência.

D) Suspensão de quatro a oito anos de exercício da profissão ao assistente social que deixar de cumprir disposições do Código de Ética.

E) Suspensão do registro nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

QUESTÃO 77

Conforme descrito na Lei Maria da Penha, no que diz respeito à criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, exceto:

A) Conselhos consultivos e deliberativos municipais, distritais, estaduais e federal de combate à violência contra a mulher

B) Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar

C) Casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar

D) Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar

E) Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar

QUESTÃO 78

Acerca da assistência judiciária concedida à mulher em situação de violência doméstica e familiar, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

B) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse três salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

C) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse dois salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

D) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse 1,5 salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

E) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

QUESTÃO 79

Conforme o que se afirma na publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo” (2016), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assinale a alternativa incorreta.

A) As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para imputação de valores positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra.

B) O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais a relações estruturais e institucionalizadas. É gerador de múltiplas violências, guerras, desigualdade racial, perseguição religiosa e extermínio.

C) O Brasil não é signatário de pactos internacionais de defesa dos direitos humanos e combate ao racismo. Na Constituição Federal brasileira, de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLII, é considerado crime afiançável e prescritível, sujeito a pena substitutiva.

D) O racismo, por estar muitas vezes naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, torna habitual comportamentos e ideias preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

E) Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, o racismo naturaliza ideias e comportamentos preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

QUESTÃO 80

Acerca do acesso à justiça elencado no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.

A) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, por meio de defensor público ou advogado nomeado.

C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

D) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes até a idade de dezesseis anos a que se atribua autoria de ato infracional.

E) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por quaisquer de seus órgãos.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

Leia estes textos.

TEXTO I

Sistema Único de Assistência Social

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

SEÇÃO IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO III



Disponível em: https://ctpocoes.blogspot.com/p/charges.html. Acesso em: 11 set. 2023.

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema:

Como a assistência social pode fazer frente à situação de vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, que considere a atuação do assistente social diante da situação representada na charge (texto III).

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA C

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS AUXILIARES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

PROVA D

Código: 301

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno contém as **80 questões** da Prova Objetiva, composta por: 15 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Noções de Gestão Pública e Ética, 10 questões de Noções de Direito, 45 questões de Conhecimentos Específicos e a Proposta de Redação.

   Caso haja algum problema em seu caderno de provas, informe ao aplicador de provas.

2. As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.

3. Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.

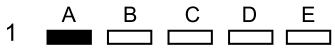
4. Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador de provas.

5. Na **Folha de Respostas**:
   - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
   - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
   - Assinale seu tipo de prova.
   - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:

"Não levante a espada sobre a cabeça de quem te pediu perdão."
Machado de Assis

6. A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

7. Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
   - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:



   - Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

8. Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 1 hora e 30 minutos.

9. O candidato poderá levar seu caderno de provas caso sua saída ocorra nos últimos 60 minutos anteriores ao fim da prova.

10. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.

11. Ao entregar sua Folha de Respostas, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

12. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos preliminares serão divulgados nos endereços eletrônicos www.defensoria.mg.def.br e www.gestaodeconcursos.com.br, até o dia subsequente ao da data de aplicação das provas.

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS, INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS:
CINCO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

fundep
concursos

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto I para responder às questões de **1** a **6**.

TEXTO I

A identidade adolescente e a variação linguística

A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores: sociológicos, psicológicos, cognitivos e culturais. Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem. Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que "um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua".

Interagindo com o outro, por meio da fala, o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo. Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), "é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro".

A importância da língua é fortalecida ao se constatar que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos, sua idade, os estratos sociais a que pertencem, o grau de escolaridade, entre outros aspectos, já que, no ato da fala, são expressas aos ouvintes indicações sobre nossas origens e o tipo de pessoas que somos. Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos. Também por meio da escolha dos vocábulos podemos dar mostras de nossa profissão, e é pelo sotaque que podemos indicar o lugar de onde viemos ou em que vivemos. Além da origem, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social, como sexo, idade, inserção no sistema de produção e pertencimento a grupos.

Aguilera (2008, p. 105) corrobora tal afirmação ao mencionar que "a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro".

Dentro desse entendimento, e cientes de que as línguas variam no espaço, no tempo, de um grupo social para outro, de uma situação comunicacional a outra e de acordo com a faixa etária, neste trabalho discutimos o uso da linguagem como marca de identidade em um grupo especial de indivíduos – os adolescentes – observando como a variedade linguística por eles utilizada lhes confere singularidade.

OLIVEIRA, Eliane Vitorino de Moura; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. A identidade adolescente e a variação linguística. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 23, p. 193-208, jan./jun., 2011 (adaptado).

QUESTÃO 1

No desenvolvimento do texto I, tem-se

A) ambiguidade, interferindo na interpretação dos conceitos apresentados no texto, apelando para a adesão do leitor do texto.

B) antítese, estabelecendo oposições de sentido entre as noções de identidade e fala, visando a fortalecer as declarações apresentadas no texto.

C) argumento probabilístico, vinculando dados à verdade do que se afirma sobre a identidade adolescente a fim de sustentar o que se diz no texto.

D) citação, recorrendo a argumentos de autoridade para fundamentar as ideias relevantes na construção do conteúdo do texto.

E) analogia, apresentando as características das falas dos sujeitos investigados para ilustrar ou esclarecer as declarações feitas no texto.

QUESTÃO 2

Assinale o trecho do texto cujo termo em destaque pode ser substituído pelo termo entre parênteses, sem gerar alteração de sentido no contexto em que se insere.

A) "Na formação identitária, o papel da língua é **primordial**, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem." (primitivo)

B) "A importância da língua é fortalecida ao se **constatar** que, por meio dela, é possível reconhecer os sujeitos dos diferentes agrupamentos [...]." (verificar)

C) "Também por meio da escolha dos **vocábulos** podemos dar mostras de nossa profissão [...]." (discursos)

D) "Além da **origem**, nosso comportamento linguístico é frequentemente submetido a diversas influências relacionadas à nossa identidade social [...]." (descoberta)

E) "Aguilera (2008, p.105) **corrobora** tal afirmação ao mencionar que 'a atitude linguística assumida pelo falante [...]'." (mantém)

QUESTÃO 3

Sobre o emprego das expressões conectivas ou conectores, assinale a alternativa incorreta.

A) Em “A constituição de identidade é bem complexa, pois nesse processo interferem diversos fatores [...]”, o conector **pois** tem valor semântico de explicação.

B) Em “Na formação identitária, o papel da língua é primordial, visto que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.”, a expressão conectiva **visto que** manifesta linguisticamente uma relação de causalidade.

C) Em “[...] o sujeito se compõe, estabelecendo as diversas relações sociais e retratando o conhecimento de si próprio e do mundo, ou seja, seus valores ideológicos e visões de mundo.”, a expressão conectiva **ou seja** tem a função de indicar oposição.

D) Em “Além disso, Scherre (2005, p. 10) lembra que ‘um povo se individualiza, se afirma e é identificado em função de sua língua’.”, a expressão conectiva **além disso** introduz um argumento em favor de uma determinada conclusão.

E) Em “Nossa escolha lexical mostra se somos jovens, conservadores ou urbanos.”, o conector **se** sinaliza uma relação semântica de complementação entre os segmentos que conecta.

QUESTÃO 4

Leia este trecho do texto I.

Não obstante, conforme relata Castilho (2010, p. 31), “é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”.

Em relação à análise dos termos usados nesse trecho, assinale a alternativa incorreta.

A) O termo “conforme” é uma conjunção subordinativa conformativa, que exprime acordo com algo que está pontuado no trecho.

B) A expressão “é que”, em “é na língua que”, é classificada como locução denotativa que exprime realce.

C) O termo “que”, em “do que somos”, se classifica como pronome relativo e exerce a função sintática de predicativo.

D) O termo “como” é uma conjunção subordinativa comparativa, que expressa semelhança entre segmentos distintos.

E) “Não obstante” é uma expressão conjuntiva coordenativa adversativa, que exprime, contraste ou ressalva.

QUESTÃO 5

Com base no texto I, analise as afirmativas a seguir.

I. A constituição de identidade é um processo no qual intervêm vários fatores de diferentes campos de saber.

II. A língua tem papel fundamental na constituição identitária e, em função dela, um grupo de indivíduos se distingue, se afirma e é identificado.

III. Por meio da escolha vocabular, podemos expor nosso desempenho comunicativo, bem como nosso sotaque ou nossas diferentes pronúncias.

IV. A identidade pode ser definida como a característica ou o conjunto de características que permitem distinguir um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II e III, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 6

Considerando o suporte, a estrutura composicional e os elementos linguísticos típicos, o texto I é reconhecido como a introdução de

A) uma notícia, que apresenta o que acontece atualmente, por meio do relato de fatos, em uma sequência temporal, com a descrição de situações.

B) um manifesto, por meio do qual se chama a atenção de um interlocutor, a fim de alertar para problemas que requerem investigação e solução.

C) um artigo, que, com uma linguagem formal e acessível aos destinatários previstos, traz um embasamento teórico e indica o propósito do trabalho realizado.

D) um editorial, que, numa linguagem impessoal e objetiva, expressa concepções relativas aos conceitos sobre os quais se pretende opinar.

E) uma reportagem, por meio da qual se criam impressões e se dá voz a outros autores, produzindo uma rede de informações apoiada em elementos da narrativa literária.

INSTRUÇÃO: Leia o texto II para responder às questões de **7** a **12**.

TEXTO II

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso

A inteligência artificial virou assunto em todo o mundo em 2023 após programas como ChatGPT e Lensa provarem que são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência. Demonstrando um avanço significativo em pouco tempo, a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, se bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. Por isso, é importante estar sempre disposto a aprender.

Vantagens competitivas

Pensando nisso, Gustavo Mee, especialista em inteligência artificial com mais de 2 milhões de seguidores e 100 milhões de visualizações nas redes sociais, diz que IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode ficar "para trás".

[...]

"A grande ferramenta que temos hoje são as de inteligência artificial, e quem não tiver isso ao lado não vai estar pronto para o que vem por aí. Por isso, eu decidi direcionar todo o meu conteúdo para isso e levar o conhecimento para todas as pessoas", disse Mee, à EXAME.

A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas, como as *big techs*. Agora, este cenário está mudando, segundo Mee.

"Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas. Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro", disse.

A tecnologia de inteligência artificial também é explorada por grandes nomes, como Elon Musk e a Microsoft. "Pelo que eu tenho estudado, testado ferramentas e visto das pessoas que geram mais impacto no mundo, eu vejo que essa é a grande aposta de todos esses caras. E é algo que faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial", afirmou Mee à EXAME.

Disponível em: https://exame.com/future-of-money/ia-e-a-grande-ferramenta-da-atualidade-e-quem-nao-se-preparar-vai-ficar-para-tras-diz-especialista/ Acesso em: 26 ago. 2023.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que a expressão destacada não é exemplo de uso coloquial / informal da língua.

A) "IA é a grande ferramenta da atualidade e quem não se preparar pode **ficar 'para trás'**."
B) "[...] e quem não tiver isso ao lado, não vai estar pronto para **o que vem por aí**."
C) "Isso é uma grande **virada de chave** para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]."
D) "[...] eu vejo que essa é a grande aposta de **todos esses caras**."
E) "[...] tem razoabilidade e é plausível pensando em **futuros cenários** de inteligência artificial [...]."

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que a função da palavra ou expressão destacada está corretamente analisada nos parênteses.

A) "[...] programas como ChatGPT e Lensa provarem **que** são capazes de realizar tarefas humanas com extrema eficiência." (introduzir uma oração subordinada adjetiva)
B) "[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, **que** temem perder seus empregos para os programas de IA." (introduzir uma oração subordinada adverbial)
C) "Isso é uma grande virada de chave **para que** essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro [...]." (introduzir uma oração coordenada sindética)
D) "[...] eu vejo **que** essa é a grande aposta de todos esses caras." (introduzir uma oração subordinada substantiva)
E) "E é algo **que** faz sentido, tem razoabilidade e é plausível pensando em futuros cenários de inteligência artificial [...]." (introduzir uma oração subordinada substantiva)

QUESTÃO 9

De acordo com o texto II:

I. As ferramentas de inteligência artificial da atualidade podem ser acessadas pelas pessoas comuns.
II. O uso bem aplicado da nova tecnologia pode gerar lucros e benefícios, segundo defendem estudiosos de inteligência artificial.
III. A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito restrito às grandes empresas.
IV. Grandes nomes do mundo digital desenvolvem pesquisas sobre benefícios das ferramentas de inteligência artificial.

São corretas as afirmativas

A) I, II e IV, apenas.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

Leia este trecho.

IA é a grande ferramenta da atualidade, e quem não se preparar vai ficar para trás, diz especialista

Em relação à análise sintática de termos e de orações nesse trecho, é incorreto afirmar que

A) a primeira oração é uma coordenada assindética.
B) “a grande ferramenta da atualidade” é um predicativo do sujeito.
C) “quem não se preparar” é um sujeito oracional.
D) “especialista” é o objeto direto do verbo de elocução “diz”.
E) “vai ficar para trás” é uma oração principal em relação à oração anterior.

QUESTÃO 11

Leia este trecho.

No entanto, estudiosos de inteligência artificial defendem que o seu uso, **se** bem aplicado, pode gerar lucros e benefícios para quem aprender a dominar a nova tecnologia. **Por isso**, é importante estar sempre disposto a aprender.

As expressões destacas sinalizam, respectivamente, as relações semânticas de

A) concessão, complementação, explicação.
B) restrição, conformidade, confirmação.
C) adição, finalidade, consequência.
D) oposição, condicionalidade, conclusão.
E) complementação, comparação, explicação.

QUESTÃO 12

Em relação ao emprego de articuladores e organizadores textuais no texto II, assinale a alternativa correta.

A) Em “Após o sucesso de ChatGPT, Lensa e outros programas, ferramentas de inteligência artificial podem se tornar mais acessíveis para pessoas comuns lucrarem com isso”, o termo **após** é um marcador de concomitância que identifica a simultaneidade dos fatos.
B) Em “[...] a tecnologia chega até mesmo a preocupar especialistas e pessoas, que temem perder seus empregos para os programas de IA.”, o termo **até mesmo** é um articulador que assinala o argumento mais forte numa escala.
C) Em “A inteligência artificial não é uma tecnologia nova, mas o seu uso antes era muito limitado às grandes empresas [...]”, o termo **mas** é um articulador que introduz uma explicação ao que se afirmou anteriormente.
D) Em “Estamos bem no início de uma curva de adoção, onde as pessoas comuns passam a ter acesso às ferramentas.”, a palavra **onde** é um articulador que sinaliza a relação lógico-semântica de causalidade.
E) Em “Isso é uma grande virada de chave para que essa tecnologia de fato seja a grande tecnologia do futuro.”, o termo **de fato** é um modalizador que indica uma reformulação ou correção.

INSTRUÇÃO: Leia o texto III para responder às questões de **13** a **15**.

TEXTO III

Inhotim

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG). Reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Governo de Minas Gerais em 2008, o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas – diretas ou por meio das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura –, pela bilheteria e realização de eventos. Idealizado desde a década de 1980 pelo empresário mineiro Bernardo de Mello Paz, do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo.

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes ao longo dos 140 hectares de visitação proporcionam aos visitantes uma experiência única que mescla arte e natureza. Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.

Disponível em: https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUESTÃO 13

Com base nas informações do texto III, é correto afirmar que

A) o empresário mineiro Bernardo de Mello Paz nasceu no museu a céu aberto localizado em Brumadinho (MG).
B) o museu Inhotim é mantido pelo Governo de Minas, desde 2008, e por doações diretas ou indiretas de pessoas físicas e jurídicas.
C) Inhotim foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) por ser uma entidade sem fins lucrativos.
D) no museu de arte contemporânea se encontram duas piscinas, que também são obras de arte – uma ao ar livre e outra dentro de uma galeria.
E) centenas de obras de artistas de quase 40 países são exibidas ao ar livre e em galerias em meio a um Jardim Botânico.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que a mudança no uso dos sinais de pontuação nestas passagens do texto III compromete a frase do ponto de vista sintático.

A) “O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).”

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e Jardim Botânico localizado em Brumadinho (MG).

B) “[...] o Inhotim é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].”

[...] o Inhotim é uma entidade privada sem fins lucrativos, mantida com recursos de doações [...].

C) “Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado –, e as paisagens exuberantes [...].”

Sua localização privilegiada – entre os ricos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado – e as paisagens exuberantes [...].

D) “Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas, de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].”

Cerca de 700 obras de mais de 60 artistas de quase 40 países, são exibidas ao ar livre e em galerias [...].

E) “[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras, vindas de todos os continentes.”

[...] em galerias em meio a um Jardim Botânico com mais de 4,3 mil espécies botânicas raras vindas de todos os continentes.

QUESTÃO 15

Em relação ao emprego de recursos coesivos na progressão referencial do texto III, tem-se que:

I. Há repetição propriamente dita, para continuidade do tema em foco, no trecho “o Inhotim é uma entidade privada”.

II. A retomada de Inhotim por meio da expressão “um dos maiores museus a céu aberto do mundo” é um exemplo de emprego de descrição indefinida.

III. O uso do pronome possessivo “sua”, em “Sua localização privilegiada”, é um exemplo de nexo por associação.

IV. O emprego da descrição definida “os visitantes” promove a retomada de um referente já ativado ou introduzido.

Estão corretas as análises

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

QUESTÃO 16

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais se constitui instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público estadual com as pessoas e o com o patrimônio público. Nessa linha, o Código estabelece direitos, deveres e também vedações aplicáveis ao agente público.

Dentre as vedações, não se inclui:

A) Retirar da repartição pública, sem autorização legal, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

B) Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público.

C) Participar de associação, incluídas as de natureza filantrópica, que mantenham relações com a Administração Pública.

D) Desviar agente público para o atendimento de interesse particular.

E) Deixar de usar conhecimento, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

QUESTÃO 17

Mário é servidor público ocupante de cargo efetivo de autarquia do estado de Minas Gerais.

Segundo o que dispõe o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais, dentre os deveres éticos fundamentais a serem observados por Mário, não se inclui:

A) Manter controle emocional e postura otimista, mesmo diante de situações adversas.

B) Aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.

C) Comunicar imediatamente aos superiores os atos ou fatos contrários ao interesse público, para as providências cabíveis.

D) Apresentar-se ao trabalho com trajes adequados ao exercício da função.

E) Divulgar ou estimular o cumprimento do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

QUESTÃO 18

Denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o uso, a coleta, o compartilhamento de dados pessoais, com a finalidade essencial de garantir maior segurança, privacidade e transparência no uso das informações pessoais, assim protegendo, dentre outros, os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Considerando o que dispõe a referida lei, é correto afirmar:

A) A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais realizado, inclusive por meio digitais, exclusivamente por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

B) A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados, independentemente do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, entre outras hipóteses, quando a operação for realizada no território nacional.

C) O tratamento de dados pessoais pressupõe o fornecimento de consentimento pelo titular, mesmo quando se trata de dados já tornados manifestamente públicos pelo titular, devendo, todavia, ser resguardados os seus direitos e observados os princípios da LGPD.

D) O consentimento dado pelo titular para o tratamento de dados pessoais há mais de cinco anos pode ser revogado, desde que mediante autorização judicial.

E) Para fins da LGPD, considera-se dado pessoal a informação sobre a pessoa natural identificada, identificável ou anônima.

QUESTÃO 19

Analise as afirmativas a seguir sobre a Defensoria Pública.

I. Lei complementar da União organizará a Defensoria Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

II. É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da inamovibilidade.

III. Às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia política, administrativa e funcional.

Segundo o que dispõe a Constituição da República, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

QUESTÃO 20

João dirige requerimento ao Secretário Municipal de Obras Públicas de sua cidade, pedindo informações sobre custos, prazos e condições de uma obra municipal em curso no bairro onde mora. A obra é executada por uma empresa contratada pelo Município.

Na hipótese, e considerando o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar:

A) O requerimento será indeferido porque deveria ter sido dirigido ao prefeito do Município.

B) O requerimento deverá ser indeferido caso não apresente os motivos determinantes da solicitação.

C) No caso de indeferimento do pedido, João poderá interpor recurso administrativo no prazo de dez dias a contar da ciência do indeferimento.

D) O fornecimento das informações solicitadas é uma obrigação do poder público, não podendo ser cobrado ressarcimento de custos dos serviços ou materiais utilizados, mesmo quando o atendimento exija reprodução de documentos pelo requerido.

E) As informações solicitadas não poderão ser fornecidas em formato digital, ainda que com a anuência de João.

QUESTÃO 21

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece teto remuneratório para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Sobre esse teto, é correto afirmar:

A) Corresponde ao subsídio mensal em espécie do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

B) É variável conforme o poder a que se vincula o agente público.

C) Não incide sobre as vantagens de natureza pessoal acaso recebidas pelo agente público.

D) Corresponde ao subsídio mensal do Governador do Estado.

E) Corresponde ao subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 22

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, visando, nos termos de seu artigo 1º, à proteção dos direitos das pessoas e do atendimento do interesse público.

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao processo administrativo.

I. Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração Pública tem caráter de processo administrativo.
II. Somente a lei poderá condicionar exercício de direito, impor dever, prever infração ou prescrever sanção.
III. Os preceitos da lei de processo administrativo se aplicam no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado e também aos demais poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da função administrativa.

Segundo o que dispõe a referida lei, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I e II, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 23

O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de Técnico e de Analista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá-se, nos termos da lei, por meio de promoção e progressão, concedidas segundo critérios legais.

De acordo com a lei que trata da matéria, entre os referidos critérios não se inclui:

A) Conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização.
B) Experiência em cargo de superintendente da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
C) Conclusão de estágio probatório, após ter sido considerado apto no parecer conclusivo de avaliação especial de desempenho e ter completado três anos de efetivo exercício.
D) Experiência em cargo de provimento em comissão na administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
E) Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em revista nacional ou internacional.

QUESTÃO 24

Considere as seguintes atribuições de órgãos da estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

I. Exercer o controle interno orçamentário, financeiro, patrimonial, operacional e contábil da Defensoria Pública.
II. Organizar o encontro dos defensores públicos para definição de teses institucionais.
III. Subsidiar o Defensor Público-Geral e o Subdefensor Público-Geral com informações necessárias para reuniões, conferências, palestras e entrevistas à imprensa.

Segundo o que dispõe a Deliberação nº 110/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, as atribuições enumeradas se inserem, respectivamente, na competência dos seguintes órgãos da Defensoria Pública:

A) Corregedoria-Geral, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
B) Auditoria Interna, Coordenadoria Regional e Ouvidoria-Geral.
C) Auditoria Interna, Escola Superior da Defensoria Pública e Gabinete.
D) Corregedoria-Geral, Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura e Assessoria Jurídica.
E) Ouvidoria-Geral, Conselho Superior da Defensoria Pública e Assessoria de Comunicação e Cerimonial.

QUESTÃO 25

Segundo a disciplina legal do Estado de Minas Gerais sobre a matéria, o processo administrativo rege-se por alguns critérios, entre os quais não se inclui:

A) Atendimento do interesse público, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poder ou competência, salvo mediante autorização legal.
B) Proibição de cobrança de despesas, ressalvadas as exigidas em lei.
C) Impulsão do processo condicionada e dependente da vontade da parte interessada.
D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito em que se baseia a decisão.
E) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 26

No que diz respeito às previsões da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete à Defensoria Pública, observados os prazos e os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elaboração de sua proposta orçamentária.

II. No caso de a Defensoria Pública não encaminhar sua proposta orçamentária dentro do prazo, o Poder Legislativo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Lei Ordinária organizará a Defensoria Pública em cargos de carreira, providos na classe inicial mediante concurso público, realizado com participação da Ordem dos Advogados do Brasil, assegurada aos seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vitaliciedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 27

Não é uma função institucional da Defensoria Pública, conforme previsão da Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências:

A) Promover a ação penal pública.
B) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
C) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
D) Patrocinar ação penal privada.
E) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 28

No que diz respeito às normas da Lei Complementar nº 65, de 2003, do Estado de Minas Gerais, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público, e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

A) A assistência jurídica integral e gratuita fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.
B) As decisões da Defensoria Pública, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata.
C) Aos membros da Defensoria Pública é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.
D) A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública e tem por finalidade prestar-lhe apoio institucional em matéria ocupacional.
E) É obrigatória a instalação de Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado.

QUESTÃO 29

Não é um órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais:

A) A Defensoria Pública-Geral.
B) A Subdefensoria Pública-Geral.
C) O Centro de Desenvolvimento Institucional.
D) O Conselho Superior da Defensoria Pública.
E) A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

QUESTÃO 30

Sobre as regras previstas na Lei nº 22.790, de 2017, do estado de Minas Gerais, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

I. A jornada do servidor das carreiras de apoio administrativo e serviços auxiliares da Defensoria Pública será de quarenta horas semanais, ressalvada a carga horária estabelecida em normas específicas para determinadas categorias funcionais.

II. Os quantitativos de cargos efetivos previstos nesta lei não são vinculados às localidades de nomeação ou de lotação do servidor e podem ser livremente remanejados conforme a necessidade de serviço, por ato motivado do Defensor Público-Geral.

III. A critério do Defensor Público-Geral ou de quem ele delegar, poderão ser abonadas faltas justificadas ao serviço, de até três dias por semestre, na forma do regulamento interno.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

QUESTÃO 31

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

A) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

B) Viola a Constituição a imposição legal de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa.

C) A Constituição impõe ao Estado a obrigação de informar ao preso seu direito ao silêncio não apenas no interrogatório formal, mas logo no momento da abordagem, quando recebe voz de prisão por policial, em situação de flagrante delito.

D) O princípio constitucional da autodefesa não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente.

E) Ante o princípio constitucional da não culpabilidade, inquéritos e processos criminais em curso são neutros na definição dos antecedentes criminais.

QUESTÃO 32

Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição da República de 1988).

Sobre o *habeas corpus* e a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

A) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.

B) Cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

C) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

D) Deve ser conhecido *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.

E) Não se conhece de recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

QUESTÃO 33

Em relação aos princípios da Administração Pública e à posição firmada pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta.

A) Os requisitos do edital para o ingresso em cargo público devem ter por fundamento lei em sentido formal e material, motivo pelo qual editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.

B) É constitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

C) Não é privativa do chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na administração pública, uma vez que leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade.

D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

E) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

QUESTÃO 34

Sobre as regras relativas à frequência e ao horário, previstas na Lei nº 869, de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa incorreta.

A) O expediente normal das repartições públicas será estabelecido em lei, a qual determinará o número de horas de trabalho normal para os diversos cargos e funções.

B) O funcionário deverá permanecer na repartição durante as horas de trabalho ordinário e as do extraordinário, quando convocado.

C) Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, as entradas e saídas dos funcionários em serviço.

D) Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto e abonar faltas ao serviço.

E) O período de trabalho poderá ser antecipado ou prorrogado para toda repartição ou partes, conforme a necessidade do serviço.

QUESTÃO 35

Sobre as regras previstas na Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

( ) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

( ) Não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na referida lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

( ) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

( ) As disposições da referida lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Assinale a sequência correta.

A) V V F V
B) V F V V
C) F F V F
D) F V F F
E) V V F F

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 36

Conforme o que se afirma na publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo” (2016), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assinale a alternativa incorreta.

A) As características fenotípicas são utilizadas como justificativa para imputação de valores positivos ou negativos, atribuindo a essas diferenças a justificativa para a inferiorização de uma raça em relação à outra.

B) O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais a relações estruturais e institucionalizadas. É gerador de múltiplas violências, guerras, desigualdade racial, perseguição religiosa e extermínio.

C) O Brasil não é signatário de pactos internacionais de defesa dos direitos humanos e combate ao racismo. Na Constituição Federal brasileira, de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLII, é considerado crime afiançável e prescritível, sujeito a pena substitutiva.

D) O racismo, por estar muitas vezes naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, torna habitual comportamentos e ideias preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

E) Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, o racismo naturaliza ideias e comportamentos preconceituosos, contribuindo, fortemente, para a geração e / ou manutenção das desigualdades étnico-raciais.

QUESTÃO 37

Acerca do acesso à justiça elencado no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.

A) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, por meio de defensor público ou advogado nomeado.

C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

D) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes até a idade de dezesseis anos a que se atribua autoria de ato infracional.

E) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por quaisquer de seus órgãos.

QUESTÃO 38

Com vistas a ser orientada por assistente social acerca da possibilidade de concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma senhora com idade de 66 anos, que reside com seu filho de 23 anos, sua filha de 20 anos (que é deficiente física) e seu cônjuge de 60 anos, comparece ao serviço de orientação sociojurídica de sua região para obter esclarecimentos. Ressalta que seu filho trabalha com carteira assinada e obtém rendimento médio de R$ 3.566,00 mensais, e seu cônjuge é aposentado por tempo de serviço com renda de apenas 1 (um) salário-mínimo.

O assistente social, de posse dessas informações e orientado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), deve informar

A) que ela possui direito a recebimento imediato desse benefício, tendo em vista sua situação socioeconômica.

B) que, em razão da existência de dois idosos e de uma pessoa com deficiência, a LOAS garante o acesso a esse benefício.

C) que ela não poderá acessar ao benefício, tendo em vista a existência de beneficiário de previdência social no domicílio.

D) que, tendo em vista todos os filhos serem maiores de idade, ela não está apta para o recebimento do benefício.

E) que, devido aos critérios de renda *per capita* familiar para concessão do benefício, este não poderá ser concedido.

QUESTÃO 39

Analise as competências e atribuições a seguir.

I. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais constitui uma atribuição privativa.

II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil constitui uma competência profissional.

III. Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social é uma atribuição privativa.

IV. Treinar, avaliar e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social é uma competência profissional.

São competências e atribuições privativas do assistente social:

A) I e IV, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) II e III, apenas.

QUESTÃO 40

Acerca dos poderes do juiz, no que diz respeito à Lei Maria da Penha e quando necessário, este não poderá:

A) Encaminhar o agressor compulsoriamente para instituição psiquiátrica em regime de internação quando houver a constatação de abuso de entorpecente.
B) Determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor.
C) Determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
D) Determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio.
E) Encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

QUESTÃO 41

Tendo por base o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), analise as seguintes afirmativas.

I. A noção de desenvolvimento de um país ou região inclui não apenas o crescimento econômico, mas abrange também aspectos distributivos e outros relativos ao bem-estar da população.
II. O Brasil não é um país pobre. A pobreza não reside na escassez de recursos, já que o país tem se mostrado capaz de gerar renda suficiente para eliminá-la, ela está ligada à histórica concentração de renda do país.
III. Os programas de transferência de renda devem promover uma universalização do acesso, de forma a contemplar o maior contingente populacional possível, tendo em vista a dimensão e a proporção que a pobreza atinge no Brasil.
IV. Os programas de transferência de renda brasileiros têm apresentado impactos nulos sobre os indicadores acerca da pobreza e da desigualdade do país, tendo em vista o baixo valor repassado.

Estão corretas as afirmativas

A) I e III, apenas.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.
E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 42

Acerca das críticas à defesa da mediação familiar descritas no texto “Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar” (2019), de Horst e Tenorio, assinale a alternativa incorreta.

A) Um dos pontos mais preocupantes dessa metodologia está relacionado aos códigos de ética profissionais. Os mediadores possuem código de ética próprio. Conforme sinaliza o texto, diversos problemas surgem desse conflito.
B) O conflito entre o Código de Ética Profissional do Serviço Social e o Código de Ética do Mediador acarreta problemas no que tange às competências e atribuições do profissional que assume tal atividade.
C) A defesa dos princípios de imparcialidade e neutralidade vão na contramão do que defende o projeto profissional crítico, materializado no Código de Ética profissional, pois são princípios incabíveis numa atuação profissional essencialmente política.
D) A ênfase da mediação familiar é no indivíduo como unidade em si mesma ou como unidade de tratamento, com destaque na dinâmica interna, a partir da possibilidade de êxito ou fracasso da vida pessoal, sem levar em conta a relação com a sociabilidade.
E) Posturas conciliatórias alijadas da luta de classes, das opressões, das desigualdades sociais que atomizam os sujeitos não condizem com as escolhas profissionais consonantes com projeto ético político do Serviço Social.

QUESTÃO 43

São atribuições, no âmbito administrativo, de todos os entes federados elencadas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, exceto:

A) Coordenar a política de saúde do trabalhador
B) Realizar pesquisas e estudos na área de saúde
C) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde
D) Promover a articulação da política e dos planos de saúde
E) Implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados

QUESTÃO 44

Os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Compete a essa equipe, de acordo com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito

A) ao procurador da agredida.
B) à vítima.
C) ao agressor.
D) à autoridade policial.
E) à Defensoria Pública.

QUESTÃO 45

Considere que um homem, 30 anos de idade, planeja adotar uma adolescente do sexo feminino com idade igual ou superior a 15 anos.

Tendo por referência o Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa que apresenta o motivo que constituirá impedimento para realização dessa adoção.

A) A adoção de adolescentes deve ser realizada por casais com idade superior a 40 anos de idade.
B) A adoção de pessoas de sexos diferentes é proibida pelo ECA, salvo nos casos de menores de 12 anos de idade.
C) O adotante há ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
D) O adotante com idade inferior a 45 anos é proibido pelo ECA de adotar adolescentes.
E) A adoção de adolescentes somente é permitida na modalidade conjunta.

QUESTÃO 46

São deveres do assistente social na sua relação com as instituições empregadoras, exceto:

A) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
B) Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros executados sob sua orientação.
C) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
D) Empregar com transparência as verbas sob sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.
E) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

QUESTÃO 47

Não é uma competência dos municípios descrita na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

A) Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.
B) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
C) Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
D) Responder pela concessão e manutenção do benefício de prestação continuada (BPC).
E) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

QUESTÃO 48

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política pública não contributiva, que provê os mínimos sociais, e é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

São objetivos da Assistência Social, com base no segundo artigo da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, exceto:

A) Custear medicamentos a famílias em situação de vulnerabilidade social.
B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.
C) Promover a integração ao mercado de trabalho.
D) Habilitar e reabilitar pessoas com deficiência e promover sua integração à vida comunitária.
E) Oferecer proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

QUESTÃO 49

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.

São objetivos que servem de base para que o Poder Público, nos termos da lei, organize a Seguridade Social, exceto:

A) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
D) Igualdade na forma de participação no custeio.
E) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

QUESTÃO 50

Não corresponde a um princípio fundamental elencado no Código de Ética do Assistente Social:

A) Ampliação e consolidação da cidadania, consideradas tarefas primordiais de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

B) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e ideologia de gênero.

C) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

D) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

E) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

QUESTÃO 51

O sigilo profissional é garantido aos assistentes sociais por seu código de ética profissional. Entretanto, a quebra do sigilo é admissível quando

A) se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

B) se tratar de situações previstas no Regimento Interno da instituição de trabalho do profissional.

C) se tratar de situações previstas na Constituição Federal Brasileira e se tratarem de fato delituoso.

D) se tratar de ordem emanada de autoridade competente e respaldada por autorização judicial.

E) se tratarem de situações de natureza delituosa que tenham sido reveladas para o profissional, desde que previamente autorizadas por autoridade judicial.

QUESTÃO 52

São obrigações das entidades de atendimento ao idoso descritas no Estatuto do Idoso, exceto:

A) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade.

B) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.

C) Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.

D) Comunicar ao Ministério Público toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas.

E) Proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade da pessoa idosa.

QUESTÃO 53

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.

Não faz parte desse conjunto de ações:

A) A capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos conselhos tutelares e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidos no inciso II do *caput* do Estatuto, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional.

B) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação com redução de castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

C) A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com o Conselho Tutelar, com os conselhos de direitos da criança e do adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

D) A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

E) A promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes.

QUESTÃO 54

Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, não é direito do adolescente privado de liberdade:

A) Avistar-se reservadamente com seu defensor.

B) Receber visitas ao menos de dois em dois dias.

C) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

D) Ter acesso aos meios de comunicação social.

E) Ser tratado com respeito e dignidade.

QUESTÃO 55

Considere que a um assistente social é solicitado que realize terapia familiar grupal com o intuito de potencializar as relações de um grupo com vínculos rompidos.

Tendo por base a lei de regulamentação da profissão de assistente social, pode-se afirmar que esse profissional deve

A) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas competências profissionais.
B) recusar a realização da tarefa, pois não se trata nem de sua competência profissional nem de sua atribuição privativa.
C) realizar a atividade, tendo em vista que ela compõe o rol de suas atribuições privativas.
D) recusar a realização da tarefa, pois a realização de terapia social grupal é permitida somente a assistentes sociais clínicos.
E) realizar a atividade, tendo em vista que ela é tanto sua atribuição privativa quanto sua competência profissional.

QUESTÃO 56

Acerca da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

A) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais constituem atribuição privativa do assistente social.
B) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população constituem atribuição privativa do assistente social.
C) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social constituem uma das competências do assistente social.
D) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui atribuição privativa do assistente social.
E) Fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais constitui uma competência profissional.

QUESTÃO 57

Não constitui atribuição privativa do assistente social:

A) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
B) Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.
C) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
D) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
E) Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

QUESTÃO 58

A Lei Maria da Penha está em vigor desde 22 de setembro de 2006, em cumprimento à Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Prevenir, Punir e Eliminar a Violência contra a Mulher e à Convenção de Berendou, que o Brasil ratificou em 1994, à Convenção de Pala e à Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De acordo com essa legislação, são deveres da autoridade policial no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, entre outras providências, exceto:

A) Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
B) Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
C) Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Conselho de Políticas Públicas para a Mulher.
D) Acompanhar a ofendida, se necessário, para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
E) Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei Maria da Penha, inclusive os de assistência judiciária.

QUESTÃO 59

São diretrizes relativas à política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e realizadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, exceto:

A) Integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
B) Capacitação permanente das polícias civil e militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos quanto às questões de gênero e de raça ou etnia.
C) Promoção de programas educacionais e campanhas de conscientização que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva biológica de sexo e raça.
D) Promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.
E) Celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 60

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Dada essa interlocução entre as políticas públicas, pode-se afirmar que um juiz responsável pelo atendimento da situação assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, exceto:

A) A manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
B) A garantia de pagamento de Benefício de Prestação Continuada enquanto durar a situação de violação de direitos ou ameaça de interrupção deste.
C) O acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
D) O encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial.
E) A inclusão, por prazo certo, da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

QUESTÃO 61

Sobre a garantia de assistência social a idosos definida no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta.

A) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
B) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da LOAS.
C) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
D) Às pessoas idosas, a partir de 60 (sessenta) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1,5 salários-mínimos, nos termos da LOAS.
E) Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 0,5 meio salário-mínimo, nos termos da LOAS.

QUESTÃO 62

Não é uma linha de ação da política de atendimento descrita no Estatuto do Idoso:

A) Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
B) Mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento da pessoa idosa.
C) Políticas e programas previdenciários, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.
D) Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por pessoas idosas abandonadas em hospitais e instituições de longa permanência.
E) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos das pessoas idosas.

QUESTÃO 63

Com base no que diz o texto “Serviço Social e acesso à Justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar” (2010), de Eunice Fávero e Elizangela Mazuelos, no que diz respeito à mediação familiar como possibilidade de acesso à justiça, assinale a alternativa incorreta.

A) A intervenção em mediação familiar tem o objetivo de possibilitar uma alternativa à família que busca solução judicial para um conflito que vivencia em suas relações-públicas, portanto, no âmbito da vida pública.
B) Trabalhar na perspectiva da mediação familiar com foco no entendimento das relações sociais é desafiante, requerendo do profissional que se encontra na linha de frente da intervenção habilidades que vão além das técnicas de negociação.
C) Sem o entendimento e a análise crítica das questões sociais envolvidas, a mediação será uma técnica de intervenção que poderá proporcionar a contenção, o alívio temporário de conflitos familiares, mas não contribuirá para que a família e o profissional entendam as raízes e os condicionantes sociais do conflito e se empoderem para enfrentá-los.
D) O Serviço Social tem possibilitado, durante as atividades de mediação, que sejam pontuadas questões pouco exploradas por profissionais de outras áreas, como as consequências do desemprego nas relações familiares e a insuficiência de políticas sociais para atendimento das necessidades e dos direitos dessa população.
E) É fundamental que o profissional de Serviço Social que faz uso desse instrumental exercite a reflexão sobre o conjunto dos elementos que forjam a problemática apresentada, estabelecendo conexões com as determinações postas em sua construção pela questão social, e com as implicações do conflito existente, na família e no território

QUESTÃO 64

Sobre o tema ações afirmativas, tendo por base a publicação “Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2016), assinale a alternativa correta.

A) As políticas de ação afirmativa têm como objetivo a garantia de direitos de grupos socialmente em situação desigual e de desvantagem histórica. Essas políticas discriminam negativamente, para extinguir danos e dívidas historicamente produzidas e herdadas de uma estrutura socioeconômica que produz determinações contraditórias.

B) A Constituição Federal tem sido invocada por quem se opõe à adoção das políticas de ação afirmativa, por meio do artigo que preconiza a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, como justificativa para a não implementação dessas políticas. A igualdade, nesse sentido, é concebida como um direito informal e relativo, com a devida apropriação das mediações existentes na realidade concreta dos indivíduos sociais.

C) Há uma outra concepção que credita às ações afirmativas o poder de superar o racismo e a discriminação racial. Aqui, o que vemos é um superdimensionamento do sentido e do alcance dessas políticas. Elas não têm o objetivo nem condições concretas para a eliminação de algo que não está na superfície das relações sociais, mas que, ao contrário, está na estrutura delas.

D) As políticas de ação afirmativa para os países pioneiros em sua implementação (Índia, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros), visam a oferecer aos grupos historicamente discriminados um tratamento igualitário para equiparar as desvantagens perante as práticas de racismo e de outras formas de discriminação.

E) O controle das lutas populares no empenho para eliminar todas as formas de preconceito, a defesa intransigente dos direitos econômicos e o reconhecimento da liberdade como valor ético central devem constituir os princípios que nortearão a defesa das ações afirmativas.

QUESTÃO 65

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) não obedecem ao seguinte princípio:

A) Descentralização político-administrativa, com direção múltipla em cada esfera de governo.

B) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

C) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário.

D) Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

QUESTÃO 66

Não compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS):

A) Formar consórcios administrativos intermunicipais.

B) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS.

C) Participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico.

D) Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de saúde do trabalhador.

E) Acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 67

Considerando o texto “Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil”, de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa que não apresenta aspectos importantes a serem considerados pelas “novas” políticas sociais.

A) Integração e coordenação de políticas macroeconômicas e microeconômicas, tais como as políticas sociais e reformas estruturais.

B) Mobilização social para se promover a organização e o empoderamento das comunidades pobres.

C) Reconhecimento de que as falhas de mercado devem ser atacadas para se dar oportunidades aos pobres.

D) Necessidade de aumentar a eficiência no uso dos recursos das políticas sociais.

E) Expansão de forma a universalizar os programas de transferência brasileiros.

QUESTÃO 68

O SUS é essencial para se garantir o acesso universal à saúde, promovendo a equidade e a dignidade dos cidadãos. Sua existência é fundamental para combater desigualdades, oferecer tratamento gratuito e prevenir doenças, consolidando-se como um pilar da democracia e do bem-estar social.

A esse sistema compete, nos termos da lei:

A) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

B) Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.

C) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

E) Fiscalizar e inspecionar alimentos, água e bebidas para consumo humano.

QUESTÃO 69

O artigo 194 da Constituição Federal brasileira apresenta o conceito de Seguridade Social enquanto o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

A) saúde, à previdência e à assistência social.
B) segurança alimentar, à previdência e à educação.
C) educação, à assistência social e à preservação ambiental.
D) segurança alimentar, à previdência e à preservação ambiental.
E) educação, à previdência social e à preservação ambiental.

QUESTÃO 70

Tendo por base o texto "Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de renda no Brasil", de Sonia Rebouças da Silva Melo (2013), assinale a alternativa incorreta.

A) Um elemento para a redução da pobreza é o crescimento econômico, pois se constitui em uma peça fundamental para o desenvolvimento, que deve refletir, por sua vez, em uma possível melhoria na qualidade de vida da sociedade. Para tanto, torna-se indispensável um crescimento que modifique a distribuição econômica.
B) A pobreza brasileira é resultante de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que uma parcela da população não foi beneficiada com oportunidades que lhes permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos considerados universais, como acesso à educação e à saúde, participação política, emprego e renda que lhes protejam da fome e da exclusão social.
C) A renda da aposentadoria e de pensões tem pouco efeito na redução da pobreza nas faixas etárias mais avançadas da população brasileira, sendo este um dos programas sociais mais bem-sucedidos do país. A aposentadoria rural é custeada pelo contribuinte e garante benefícios com uma contrapartida quase insignificante de contribuições.
D) O crescimento por si só não é condição suficiente para reduzir a pobreza. A evolução ocorrida nos últimos trinta anos na economia brasileira foi incapaz de mitigar a desigualdade dos rendimentos entre os indivíduos e do desenvolvimento entre regiões, pois, apesar do crescimento econômico e das enormes transformações sociais ocorridas nesse período, constata-se a permanência de elevada incidência de pobreza absoluta e diferenças regionais na sua repartição.
E) As políticas sociais devem atacar as causas da pobreza, criando oportunidades que permitam a saída da condição de pobreza de forma sustentável, agindo no contexto que se vivencia, além de atuar no âmbito do indivíduo, com efeitos permanentes para os pobres.

QUESTÃO 71

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é dever do profissional, na sua relação com assistentes sociais e outros profissionais:

A) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
B) Elaborar relatórios conjuntos e emitir pareceres com coautoria.
C) Participar de forma efetiva das intervenções terapêuticas com outros profissionais.
D) Conhecer os códigos de ética profissional dos demais membros da equipe.
E) Elaborar dinâmicas e atividades psicoterapêuticas em conjunto com o psicólogo.

QUESTÃO 72

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, exceto:

A) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.
B) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; universalidade e integralidade para acesso ao SUS.
C) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades de recuperação da saúde, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
D) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
E) Centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, participação da comunidade; seletividade e contributividade para acesso ao SUS.

QUESTÃO 73

Com base no descrito na Constituição Federal, não é um dos objetivos da Assistência Social brasileira:

A) O amparo às crianças e adolescentes carentes
B) A promoção da integração ao mercado de trabalho
C) A concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
D) A habilitação e a reabilitação das pessoas deficientes, e a promoção de sua integração à vida comunitária
E) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice

QUESTÃO 74

A seguridade social brasileira é um sistema abrangente que visa a proteger os cidadãos em situações de vulnerabilidade. Apesar dos desafios e da necessidade de aprimoramento, a seguridade social desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos sociais e na redução das desigualdades no país.

A Previdência Social está organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atende

A) à proteção à maternidade, especialmente à gestante.
B) à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
C) à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
D) à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
E) à concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

QUESTÃO 75

Com base na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, assinale a alternativa incorreta.

A) Compete aos CRESS expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa.
B) Constitui atribuição privativa do assistente social dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
C) Compete aos CRESS fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social na respectiva região.
D) Constitui competência profissional do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
E) Compete ao CFESS fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais.

QUESTÃO 76

São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis por criança ou adolescente, descritas no Estatuto da Criança e Adolescente, exceto:

A) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação
B) Restrição da liberdade
C) Perda da guarda
D) Destituição da tutela
E) Advertência

QUESTÃO 77

Acerca da inserção do Serviço Social no sistema sociojurídico, assinale a alternativa incorreta.

A) Nas últimas décadas, após a Constituição Federal de 1988 e leis complementares – especialmente a legislação social –, caminha-se para uma presença mais expressiva dos assistentes sociais, numérica e qualitativamente, em espaços sócio-ocupacionais que, em nosso meio profissional, são chamados de sociojurídicos.
B) Com ações localizadas e dirigidas a indivíduos e famílias considerados então disfuncionais à ordem social vigente, por várias décadas o assistente social atuou com base em uma identidade atribuída pela classe detentora dos meios de produção e ideológicos, inclusive no Poder Judiciário, em que esse profissional foi inserido no final dos anos 1940.
C) Em toda sua existência no sistema sociojurídico, o Serviço Social conviveu com a hegemonia de um projeto profissional voltado para a conquista e a efetivação de direitos humanos e sociais, sendo contrário ao ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente, buscando-se uma nova ordem societária.
D) O assistente social que atua na Defensoria Pública necessita priorizar seu trabalho no oferecimento de subsídios a ações de interesse coletivo, para não sucumbir à enormidade de ações processuais, especialmente das varas da Infância e da Juventude, em que a barbárie que permeia a realidade social chega geralmente fragmentada, como demandas individuais.
E) Nos espaços sociojurídicos, o Serviço Social tem participado mais diretamente do fazer jurídico como reconhecida área do saber, fundamental para agregar a esse fazer jurídico conhecimentos necessários à leitura e à interpretação crítica da realidade social, no interior da qual os sujeitos envolvidos em um processo judicial vivem em sua “totalidade” sócio-histórica.

QUESTÃO 78

O CRESS aplicará as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993:

A) Advertência pública em jornal de grande circulação e afixado no local de trabalho do profissional.
B) Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente.
C) Cancelamento definitivo do registro após a segunda advertência.
D) Suspensão de quatro a oito anos de exercício da profissão ao assistente social que deixar de cumprir disposições do Código de Ética.
E) Suspensão do registro nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

QUESTÃO 79

Conforme descrito na Lei Maria da Penha, no que diz respeito à criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências, exceto:

A) Conselhos consultivos e deliberativos municipais, distritais, estaduais e federal de combate à violência contra a mulher
B) Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar
C) Casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar
D) Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar
E) Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar

QUESTÃO 80

Acerca da assistência judiciária concedida à mulher em situação de violência doméstica e familiar, assinale a alternativa incorreta.

A) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.
B) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse três salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.
C) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse dois salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.
D) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cujo rendimento pessoal não ultrapasse 1,5 salários mínimos, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.
E) É garantido à mulher em situação de violência doméstica e familiar, inscrita no Cadastro Único de Programas Sociais, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A redação elaborada deve conter, no **mínimo 15 (quinze) linhas** para que seja corrigida e **no máximo 30 (trinta) linhas**. Se o candidato não atingir esse número mínimo de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.
2. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato para a Redação (30 linhas) não será corrigido, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de seu texto (PO, M, SV, CC e / ou CP).
3. A variante linguística a ser utilizada na elaboração da Redação é a norma-padrão.
4. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato.
5. A folha para rascunho, constante neste caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.
6. A Redação terá valor de 10 (dez) pontos, sendo eliminados os candidatos a que for atribuída nota zero.
7. Os critérios de correção da Prova de Redação serão os seguintes:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	**TOTAL DE PONTOS**	**PONTOS DESCONTADOS POR ERRO**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	2,0	0,2
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0	0,2
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	1,0	0,5
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	2,5	1,25
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	2,5	1,25
TOTAL	**10 PONTOS**	**–**

8. A Redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:
   a) apresentar fuga ao tema, inexistência de texto, erro de preenchimento ou de identificação em local indevido pela candidata ou candidato;
   b) for considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso;
   c) o texto apresente qualquer tipo de identificação da candidata ou candidato;
   d) não atingir o número mínimo estabelecido de 15 (quinze) linhas;
   e) for redigida fora do espaço definido;
   f) não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
   g) apresentar uso de corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente;
   h) não tiver sido assinada ou preenchidos corretamente os dados pessoais no Caderno Definitivo.
9. O candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação, caso realize marcações ou assinatura fora desses espaços / campos.
10. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se à única folha padrão recebida.
11. Não haverá substituição do Caderno de Redação por erro do candidato.

REDAÇÃO

PROPOSTA DE REDAÇÃO – ANALISTA / ASSISTENTE SOCIAL

Leia estes textos.

TEXTO I

Sistema Único de Assistência Social

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO II

SEÇÃO IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI – a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2023. [Fragmento]

TEXTO III



Disponível em: https://ctpocoes.blogspot.com/p/charges.html. Acesso em: 11 set. 2023.

A partir dos textos motivadores, **REDIJA** um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema:

Como a assistência social pode fazer frente à situação de vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza.

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, que considere a atuação do assistente social diante da situação representada na charge (texto III).

RASCUNHO DE REDAÇÃO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS
(VERSÃO DO CANDIDATO)

PROVA D

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐
26	☐	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐	☐
51	☐	☐	☐	☐	☐
52	☐	☐	☐	☐	☐
53	☐	☐	☐	☐	☐
54	☐	☐	☐	☐	☐
55	☐	☐	☐	☐	☐
56	☐	☐	☐	☐	☐
57	☐	☐	☐	☐	☐
58	☐	☐	☐	☐	☐
59	☐	☐	☐	☐	☐
60	☐	☐	☐	☐	☐
61	☐	☐	☐	☐	☐
62	☐	☐	☐	☐	☐
63	☐	☐	☐	☐	☐
64	☐	☐	☐	☐	☐
65	☐	☐	☐	☐	☐
66	☐	☐	☐	☐	☐
67	☐	☐	☐	☐	☐
68	☐	☐	☐	☐	☐
69	☐	☐	☐	☐	☐
70	☐	☐	☐	☐	☐
71	☐	☐	☐	☐	☐
72	☐	☐	☐	☐	☐
73	☐	☐	☐	☐	☐
74	☐	☐	☐	☐	☐
75	☐	☐	☐	☐	☐
76	☐	☐	☐	☐	☐
77	☐	☐	☐	☐	☐
78	☐	☐	☐	☐	☐
79	☐	☐	☐	☐	☐
80	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

fundep
concursos

Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas
das questões desta prova estão proibidas.